

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Suzano Holding S.A. (“Suzano Holding” ou “Companhia”) é uma holding controladora da Suzano S.A. (atual denominação social da antiga Suzano Papel e Celulose S.A.), designada a seguir como “Suzano” que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, operação de terminais portuários, participação como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento e a geração e a comercialização de energia elétrica. A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. (“Brasil, Bolsa, Balcão - “B3”), segmento do Novo Mercado sob o *ticker* SUZB3. Em 10 de dezembro de 2018, a Suzano iniciou a negociação de suas *American Depositary Receipts* (“ADRs”), na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“New York Stock Exchange - “NYSE”) sob o *ticker* SUZ, conforme programa aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Após a conclusão da combinação de negócios da Fibria Celulose S.A. (“Fibria”), ocorrida em 14 de janeiro de 2019, a Suzano passou a ter 11 (onze) unidades industriais, localizadas em Aracruz (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis (Veracel Celulose S.A. - “Veracel” uma operação em conjunto com a Stora Enso Amsterdam) e Mucuri (Bahia), Fortaleza (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira, Rio Verde e Suzano (São Paulo) e Três Lagoas (Mato Grosso do Sul).

A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por membros da família Feffer.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 1.1. Participações societárias

A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Investida	Tipo de participação	Participação no capital (%)	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Suzano S.A.	Direta	27,2%	33,6%
AGFA – Com. Adm. e Participações Ltda.	Indireta	100%	100%
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. (1)	Indireta	100%	50%
Celluforce Inc.	Indireta	8,3%	
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	Indireta	100%	100%
Eucalipto Holding S.A. (2)	Indireta		100%
Ensyn Corporation	Indireta	25,30%	
Facepa - Fábrica de papel da Amazônia S.A.	Indireta	92,80%	92,80%
Fibria Celulose (USA) Inc.	Indireta	100%	
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	Indireta	100%	
Fibria Overseas Finance Ltd.	Indireta	100%	
Fibria Terminais Portuários S.A.	Indireta	100%	
FuturaGene AgriDev Xinjiang Company Ltd.	Indireta	100%	100%
FuturaGene Biotechnology Shanghai Company Ltd.	Indireta	100%	100%
FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda.	Indireta	100%	100%
FuturaGene Delaware Inc.	Indireta	100%	100%
FuturaGene Hong Kong Ltd.	Indireta	100%	100%
FuturaGene Inc.	Indireta	100%	100%
FuturaGene Israel Ltd.	Indireta	100%	100%
FuturaGene Ltd.	Indireta	100%	100%
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	Indireta	100%	
F&E Technologies LLC	Indireta	50%	
Gansu FuturaGene Biotech Co. Ltd.	Indireta	100%	100%
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Indireta	49,9%	49,9%
Itacel - Terminal de Celulose de Itaquí S.A.	Indireta	100%	100%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	Indireta	100%	100%
Mucuri Energética S.A.	Indireta	100%	100%
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Indireta	100%	100%
Paineiras Logística e Transporte Ltda.	Indireta	100%	100%
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	Indireta	51%	
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	Indireta	100%	
Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A. (3)	Indireta	100%	
Spinnova OU	Indireta	24,1%	
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	Indireta	100%	100%
Sun Paper and Board Limited (4)	Indireta		100%
Suzano Áustria GmbH	Indireta	100%	100%
Suzano Canada Inc. (5)	Indireta	100%	
Suzano International Trade GmbH (6)	Indireta	100%	
Suzano Luxembourg (7)	Indireta		100%
Suzano Participações do Brasil Ltda (8)	Indireta	100%	
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Indireta	100%	100%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Indireta	100%	100%
Suzano Trading Ltd.	Indireta	100%	100%
Suzano Trading International KFT (9)	Indireta	100%	
Veracel Celulose S.A. (10)	Operação conjunta	50%	
Premesa S.A.	Direta	99,2%	99,2%
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Direta	83,3%	83,3%

1) Foi adquirido o controle total em decorrência da combinação de negócios com a Fibria.

2) Empresa incorporada em 2 de janeiro de 2019, vide nota 1.2.1.1.

3) Empresa constituída em decorrência de reorganização societária em 12 de dezembro de 2019.

4) Operações encerradas em 2 de junho de 2019.

5) Denominação social alterada em 30 de setembro de 2019, antiga Fibria Innovations Inc.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

- 6) Denominação social alterada em 28 de agosto de 2019, antiga Fibria International Trade GmbH.
- 7) Operações encerradas em 17 de setembro de 2019.
- 8) Denominação social alterada em 06 de dezembro de 2019, antiga F&E Participações do Brasil Ltda.
- 9) Denominação social alterada em 9 de agosto de 2019, antiga Fibria Trading Internacional.
- 10) Operação em conjunto com a Stora Enso, empresa localizada em Amsterdam.

## **1.2. Principais eventos ocorridos no exercício na Suzano**

### **1.2.1 Combinação de negócios com a Fibria**

Em 3 de janeiro de 2019, data de aquisição do controle pela Suzano, após atendidas todas as condições para a conclusão da combinação de negócios e bases acionárias, foi realizada a troca das ações da Fibria por ações da Suzano e, em 14 de janeiro de 2019, a Suzano concluiu o processo de reorganização societária, nos termos do Acordo celebrado entre as empresas em 15 de março de 2018.

A contraprestação transferida pela Suzano para aquisição do controle da Fibria, definida nos termos do Acordo, se deu como segue:

#### **1.2.1.1. Relação de troca de ações**

Em 2 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas, a relação de troca das ações ordinárias de emissão da Eucalipto *Holding* S.A. ("*Holding*") detidas por acionistas da Fibria por ações de emissão da Suzano foi ajustada de 0,4611 para 0,4613, sendo a relação de troca de 0,4613 considerada como final. O ajuste na relação de troca, comparado ao originalmente anunciado, se deu em razão da (i) alteração do número total de ações de emissão da Fibria ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de *vesting* de planos de opção entre o constante no Protocolo e Justificação e àquela data de 553.080.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de *vesting* de planos de opção entre o constante no Protocolo e Justificação e àquela data de 1.091.984.141 ações para 1.093.784.141 ações.

Como consequência do referido ajuste (i) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da *Holding*, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de mercado naquela data de R\$36,95 totalizando o montante de R\$9.438.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$6.410.885, como reserva de capital e (ii) o valor atribuído a fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$15,38 atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$15,39 atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano.

#### **1.2.1.2. Parcela em dinheiro**

Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Companhia comunicou o valor final da Parcela em Dinheiro Ajustada, correspondente ao valor do resgate por cada ação preferencial resgatável da *Holding*, originalmente equivalente a R\$52,50, (i) reduzido pelo montante de dividendos declarados pela Fibria em 3 de dezembro de 2018 e pagos no Brasil em 12 de dezembro de 2018 no montante de R\$5,03 por ação de emissão da Fibria, e (ii) acrescido de R\$2,73, correspondente à variação da taxa média diária dos depósitos interbancários brasileiros expressa como um percentual anual, baseada em 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

pela B3 ("Taxa DI"), entre 15 de março de 2018 e a Data de Consumo da Operação (inclusive), sendo que entre 10 de janeiro de 2019 (inclusive) e 14 de janeiro de 2019 (inclusive) a Taxa DI foi estimada em 6,40% ao ano, apurando o montante no valor total e final de R\$50,20 por ação, perfazendo o valor final da Parcela em Dinheiro Ajustada de R\$27.797.441.

Os valores mencionados anteriormente são brutos, não considerando eventuais impactos tributários incidentes sobre o pagamento para acionistas da Fibria residentes ou não-residentes, os quais se encontram detalhados no aviso aos acionistas divulgado em 29 de novembro de 2018 pela Companhia.

A Suzano realizou a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Fibria e, utilizando a contraprestação transferida total para a Incorporação, e alocação para tais ativos e passivos.

A tabela a seguir, resume a alocação do preço de compra final com base no laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente:

Contraprestação transferida em dinheiro	27.797.441
Emissão de ações da Suzano	9.438.413
<b>Contraprestação transferida total</b>	<b>37.235.854</b>
Valor contábil do patrimônio líquido da Fibria	14.149.004
Baixa do valor contábil do ágio existente, líquido de impostos diferidos	(3.495.077)
Dividendos mínimos propostos (eliminado do balanço na data de aquisição)	724.829
<b>Valor contábil do patrimônio líquido da Fibria, líquido do ágio</b>	<b>11.378.756</b>
Mais valia alocada aos ativos e passivos	
Estoque	2.178.903 <sup>(1)</sup>
Imobilizado	9.362.315 <sup>(2)</sup>
Relacionamento com cliente	9.030.779 <sup>(3)</sup>
Ativos e direitos portuários	749.060 <sup>(4)</sup>
Passivos contingentes	(2.970.546) <sup>(5)</sup>
Empréstimos e financiamentos	(59.921) <sup>(6)</sup>
Impostos a recuperar	(235.843) <sup>(7)</sup>
Demais ativos e passivos líquidos	451.624 <sup>(8)</sup>
Impostos diferidos, líquidos	(546.324) <sup>(9)</sup>
<b>Total do valor justo</b>	<b>17.960.047</b>
<b>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</b>	<b>7.897.051 <sup>(10)</sup></b>

- 1) Calculado considerando o saldo dos produtos acabados com base no preço de venda, líquido das despesas de venda e de uma margem aceita baseada nos resultados realizados em 2018.
- 2) Apurado com base na análise de dados de mercado nas transações comparáveis e na quantificação do custo, a partir da estimativa do valor de substituição ou reposição dos bens.
- 3) Para a determinação do ajuste ao valor justo na carteira de clientes, foi considerada a abordagem da renda (*income approach*) e o método excesso de resultados multianuais (*Multi Period Excess Earnings Method - MPEEM*) que mensura o valor presente dos rendimentos que serão gerados durante a vida útil remanescente do ativo. Considerando o histórico de 5 anos com os dados de vendas da Fibria e a taxa de cancelamentos de clientes (*"churn rate"*) que mensura a satisfação e a permanência dos clientes na carteira, o ajuste foi calculado usando fluxos de caixa descontados estimados.
- 4) A Fibria possuía contratos de concessão e ativos portuários, para auxiliar nas operações em portos no Brasil. Para a mensuração de valor justo destes ativos foi considerado a abordagem da renda e o método excesso de resultados multianuais (*Multi Period Excess Earnings Method - MPEEM*) que mensura o valor presente dos rendimentos que serão gerados durante a vida útil remanescente do ativo e método de diferencial direto de custos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- 5) Na combinação de negócios, para a mensuração do valor justo das contingências, cujas probabilidades de perda eram classificadas como possível e remota, foram considerados, pela Administração da Suzano e seus assessores externos e independentes por seus valores justos, cujos montantes foram mensurados com base nas análises dos advogados externos da Companhia.
- 6) O ajuste ao valor justo de empréstimos e financiamentos foi calculado com base no valor justo dos *Bonds*, a partir da cotação do título em mercado secundário e do ajuste a valor presente considerando a taxa de mercado na data base de 31 de dezembro de 2018.
- 7) Para a mensuração do valor justo dos impostos a recuperar foi considerado o montante que será recuperado, descontado ao valor presente levando em conta a taxa Selic esperada para o período de realização dos impostos.
- 8) Em demais ativos e passivos líquidos, incluindo contratos de fornecimento, contas a receber de clientes e adiantamento a fornecedores, foi utilizada a metodologia de avaliação de renda (*income approach*), o valor presente e o diferencial direto de custos.
- 9) Imposto de renda diferido ativo calculado sobre os ajustes de valor justo dos ativos da Veracel e Portocel. Para os demais valores justos, não foram constituídos imposto de renda diferido passivo por considerar a incorporação da Fibria em abril de 2019.
- 10) O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é atribuído à forte posição de mercado e à futura rentabilidade esperada da Fibria em negociações no mercado de celulose de eucalipto.

Para mais informações da combinação de negócios, vide nota 14.2.

## 1.2.2. Aprovação da incorporação da Fibria

Em 01 de abril de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Suzano a incorporação da Fibria, subsidiária integral da Suzano, com a transferência de todo seu patrimônio líquido para a Suzano e a sua consequente extinção ("Incorporação"), sendo que o capital social da Suzano permaneceu inalterado em decorrência dessa Incorporação. Em virtude da Incorporação, a Suzano sucedeu a Fibria em todos os seus direitos e obrigações.

A tabela abaixo apresenta de forma sumarizada, as principais rubricas do balanço patrimonial da Fibria em 31 de março de 2019.

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	29.086	Fornecedores	955.210
Aplicações financeiras	2.734.027	Empréstimos e financiamentos	816.180
Contas a receber de clientes	3.572.059	Contas a pagar de arrendamento	420.241
Estoque	1.714.560	Impostos a recolher	36.057
Tributos a recuperar	768.439	Salários e encargos sociais	104.246
Instrumentos financeiros derivativos	256.675	Partes relacionadas	1.179.254
Outros ativos	161.238	Instrumentos financeiros derivativos	254.444
	<u>9.236.084</u>	Dividendos a pagar	4.015
		Outros passivos	<u>946.099</u>
			<u>4.715.746</u>
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Aplicações financeiras	175.559	Empréstimos e financiamentos	8.139.390
Tributos a recuperar	546.234	Instrumentos financeiros derivativos	678.833
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.364.363	Contas a pagar de arrendamento	1.972.531
Instrumentos financeiros derivativos	723.084	Partes relacionadas	16.305.560
Adiantamento a fornecedores	696.767	Passivos atuariais	144.557
Depósitos judiciais	190.533	Provisão para contingências	190.698
Outros ativos	100.877	Outros passivos	<u>175.934</u>
			<u>27.607.503</u>
Ativos biológicos	4.355.102		
Investimentos	9.481.900		
Imobilizado	14.633.114		
Direito de uso	2.301.427		
Ativos intangível	<u>118.920</u>		
	<u>34.687.880</u>		
		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<u><b>32.323.249</b></u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u><b>43.923.964</b></u>	Patrimônio líquido	11.600.715
		<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u><b>43.923.964</b></u>

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”) e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.34.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
- (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e
- (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

### **3. Resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018, exceto pela aplicação dos novos pronunciamentos contábeis e alterações de políticas contábeis a partir de 01 de janeiro de 2019 apresentados na nota 3.1.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e da Fibria relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma vez que seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação àquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **3.1 Novas políticas contábeis adotadas**

#### **3.1.1. Operações de arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16**

A Companhia e suas controladas adotaram a norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 01 de janeiro de 2019. Esta norma determina que a Companhia e suas controladas reconheçam em seus passivos os pagamentos futuros e em seus ativos o direito de uso do bem arrendado para todos os contratos de arrendamento mercantil, com isenção permitida aos contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os contratos de baixo valor ou de curto prazo enquadrados na isenção da norma referem-se àqueles cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US\$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, representados, substancialmente, por equipamentos de informática e veículos. A Companhia e suas controladas adotaram a norma usando a abordagem retrospectiva modificada que não requer a reapresentação dos saldos comparativos.

Na adoção da norma, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento brutos de PIS/COFINS em relação aos contratos que atendem a definição de arrendamento, cujos passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados com base na taxa nominal de empréstimo incremental. Os ativos associados ao direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, sem impacto nos lucros acumulados.

A Companhia e suas controladas utilizaram os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- (i) o uso de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente semelhantes;
- (ii) os contratos de arrendamento cujo prazo de vencimento ocorrerá em até 12 meses da data de adoção inicial da norma, a contabilização foi como arrendamentos de curto prazo diretamente no resultado;
- (iii) a contabilização de pagamentos de arrendamento como despesas no caso de arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor;
- (iv) o uso da percepção tardia na determinação do prazo de arrendamento, quando o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir a locação; e
- (v) a Companhia e suas controladas excluíram custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da adoção inicial.

Os efeitos da adoção desta nova norma estão apresentados na nota 19.

#### **3.1.2. Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro – ICPC 22 / IFRIC 23**

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, à luz do CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

A Companhia e suas controladas avaliaram as mudanças introduzidas por esta nova interpretação e com base nas análises realizadas, não identificou impactos materiais nas demonstrações financeiras.

### **3.1.3. Amortização de mais valia de controladas**

A Companhia e suas controladas adotaram a política de classificar a amortização da mais valia dos ativos e passivos apurados na aquisição de controladas na rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, na demonstração de resultado da controladora. No consolidado, a amortização da mais valia dos ativos e passivos é classificada na rubrica custo dos produtos vendidos, despesa com vendas, despesas gerais e administrativas, outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e resultado financeiro, de acordo com a realização dos itens que deram origem à mesma.

### **3.1.4. Comparabilidade da demonstração dos fluxos de caixa**

A Suzano efetuou determinadas reclassificações na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, substancialmente nas atividades operacionais, para melhor comparação com a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### **3.1.5. Reavaliação de investimento – Ensyn e Spinnova Oy**

Os investimentos da Ensyn e Spinnova da Suzano foram anteriormente classificados como investimentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, respectivamente, no segundo e no terceiro trimestres de 2019, com base no acordo de acionistas e recentes aportes realizados na Ensyn e Spinnova, a Suzano aumentou a sua participação e obteve influência significativa.

Dessa forma, respectivamente, a partir do segundo e terceiro trimestres de 2019, a Suzano registrou os seus investimentos na Ensyn e Spinnova, prospectivamente pelo método da equivalência patrimonial usando o método do valor justo como custo atribuído, com a consequente apresentação do investimento na rubrica de participações em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto e não mais na rubrica de outros investimentos.

Em relação à Ensyn, foi identificado e registrado um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) nesta transação no valor de US\$40.049 (equivalente a R\$154.578), decorrente da diferença entre o valor pago de US\$43.000 (equivalente a R\$165.928) e o valor justo do patrimônio líquido da investida de US\$2.941 (equivalente a R\$11.350).

Em relação à Spinnova, foi identificado e registrado na rubrica de outros resultados operacionais um ganho por compra vantajosa nesta transação no valor de EUR6.748 (equivalente a R\$32.705), decorrente da diferença entre o valor pago de EUR12.500 (equivalente a R\$55.210) e o valor justo do patrimônio líquido da investida de EUR19.248 (equivalente a R\$87.915).

### **3.1.6. Ativos biológicos**

Os ativos biológicos da Suzano são florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantio renováveis e destinadas para o processo produtivo de celulose e papel, mensurados ao valor justo e deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. A mensuração do valor justo é realizada semestralmente, pois a Administração entende que este intervalo é suficiente para que



**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

não haja defasagem significativa do valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras e, utiliza o método de fluxo de caixa descontado conforme o ciclo de produtividade projetado destes ativos.

Considerando que a Suzano e a Fibria utilizavam diferentes premissas para a mensuração do valor justo do ativo biológico, na primeira mensuração após a combinação de negócios, a Suzano revisou a premissa denominada “área útil plantada”, para que as florestas imaturas (até 2 (dois) anos de idade da data do plantio) sejam mantidas a custo histórico. Como resultado, a Administração considera que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo. Adicionalmente, o objetivo dessa mudança é refletir a experiência adquirida no processo de mensuração dos ativos biológicos e o alinhamento da metodologia de cálculo com o gerenciamento florestal da Suzano, que considera a realização de inventários florestais contínuos com a finalidade de estimativa de estoque de madeira ou projeções de produção futura, representado pelo incremento médio anual (“IMA”), a partir do 3º ano do plantio.

Considerando o fato de que nos primeiros 2 (dois) anos de formação da floresta o custo histórico se aproxima do seu valor justo, conforme descrito acima, esse alinhamento de abordagem não gerou impactos significativos nas demonstrações financeiras da Suzano.

As demais premissas, não sofreram alterações.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. O valor da exaustão é mensurado com base na exaustão (colheita) das florestas.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão divulgadas na nota 13.

#### **3.1.7. Tributos sobre o Lucro – CPC 32 / IAS 12**

Este pronunciamento foi alterado e esclarece que os efeitos tributários de impostos sobre a renda sobre distribuições de dividendos relacionados a instrumentos financeiros classificados no patrimônio líquido, devem seguir a classificação das transações ou eventos passados que geraram os lucros distribuíveis. Esta norma é aplicável para todos os efeitos de imposto de renda relacionadas a dividendos, incluindo distribuições cujos tratamentos contábeis sejam similares a dividendos, como exemplo, juros sobre capital próprio. A Companhia e suas controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos materiais.

#### **3.1.8. Custos de Empréstimos – CPC 20 / IAS 23**

Este pronunciamento foi alterado e esclarece que, se um empréstimo específico permanecer em aberto após o correspondente ativo qualificável estar pronto para o uso ou venda, ele se tornará parte dos empréstimos gerais para fins de determinação dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização em outros ativos qualificáveis, para os quais não existam empréstimos específicos. A Companhia e suas controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos materiais.

#### **3.1.9. Combinação de negócios – CPC 15 / IFRS 3**

Este pronunciamento foi alterado e esclarece que a obtenção de controle sobre um negócio que anteriormente era uma operação conjunta, sob o CPC 19 / IFRS 11, da adquirente, é uma

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

combinação de negócios em estágios ("*step-acquisition*"). Dessa forma, a adquirente deve remensurar a participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo, na data da aquisição. A Companhia e suas controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos materiais.

### **3.1.10. Negócios em conjunto – CPC 19 / IFRS 11**

Este pronunciamento foi alterado e esclarece que, quando uma entidade obtém o controle conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, ela não remensura as participações anteriormente detidas nessa operação conjunta. A Companhia e suas controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos materiais.

### **3.1.11. Benefícios a Empregados – CPC 33 / IAS 19**

Este pronunciamento foi alterado e esclarece que, quando ocorrer um evento de alteração, redução ou liquidação de um plano de benefício definido, a entidade deve atualizar as premissas anteriormente utilizadas e remensurar o custo de serviço corrente e os juros líquidos pelo período remanescente, após as modificações. A Companhia e suas controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos materiais.

### **3.1.12. Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto – CPC 18 (R2) / IAS 28**

O CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros excluiu de seu escopo participações societárias em coligadas e empreendimentos conjuntos, os quais são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o CPC 18 (R2) / IAS 28. A alteração do CPC 18 (R2) / IAS 28 esclareceu que a referida exclusão de escopo no CPC 48 / IFRS 9 se aplica apenas aos elementos dos investimentos que forem contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Dessa forma, a contabilização de instrumentos financeiros de longo prazo com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto que, em substância, fazem parte do investimento líquido nessas investidas, mas para os quais o método de equivalência patrimonial não se aplica, deve seguir os requerimentos do CPC 48 / IFRS 9. A Companhia e suas controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos materiais.

## **3.2. Políticas contábeis adotadas**

### **3.2.1. Demonstrações financeiras individuais**

Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **3.2.2. Demonstrações financeiras consolidadas**

São elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas contábeis consistentes, exceto para a Futuragene PLC, cuja data-base é 30 de novembro de 2019, entretanto, não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso exista algum evento significativo até 31 de dezembro de 2019, o mesmo é ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia e suas controladas consolidam todas as subsidiárias sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Companhia e suas controladas, coligadas e investimentos controlados em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários. A participação dos acionistas não controladores está destacada.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do balanço patrimonial, do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, da mutação do patrimônio líquido e do valor adicionado, bem como as correspondentes notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, constantes nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não são comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2

### **3.2.3. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

### **3.2.4. Investimentos em controladas**

São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As entidades controladas, são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

### **3.2.5. Investimentos em operações em conjunto**

São todas as entidades nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

### **3.2.6. Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto**

São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição.

Nos investimentos em coligadas, a Companhia exerce influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos das contas patrimoniais e de resultado correspondentes às transações realizadas entre a Companhia e tais entidades são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas entidades e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

Em relação as coligadas Ensyn e Spinnova, a data-base das informações contábeis intermediárias individuais é 30 de novembro de 2019 e não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso exista algum evento significativo até 31 de dezembro de 2019, o mesmo é ajustado na demonstração financeira consolidada.

### **3.2.7. Conversão de demonstrações em moeda funcional, apresentação e estrangeira**

A Companhia definiu que a sua moeda funcional e de apresentação é o Real.

As demonstrações financeiras individuais de cada subsidiária incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas utilizando-se a moeda local em que subsidiária opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

#### **3.2.7.1. Conversão para moeda de apresentação**

Devido à incorporação da Fibria, a Suzano efetuou várias mudanças na estrutura, atividades e operações durante 2019 e que levaram a Administração a reavaliar a moeda funcional de suas subsidiárias integrais cuja moeda funcional era diferente do Real.

Estes fatos resultaram na reorganização societária e impactaram a forma como a Administração conduzia os negócios da Suzano, visando alcançar o alinhamento entre as culturas das 2 (“duas”) Companhias, a unificação de processos, operacionais, sistemas e estratégias tributárias, por meio de ganho de sinergia, decorrentes da combinação de negócio. Neste processo, algumas das subsidiárias integrais da Suzano perderam autonomia e se tornaram uma extensão das atividades da Suzano.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Coletivamente, estas circunstâncias justificam a mudança na moeda funcional para o Real e ocorreram gradualmente durante 2019, portanto, não foi praticável determinar a data da mudança em um ponto preciso do exercício social. Dessa forma, a Suzano alterou a moeda funcional dessas subsidiárias integrais em 01 de janeiro de 2020.

A variação cambial decorrente da conversão de uma operação em moeda estrangeira, anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes, deverá ser transferida do patrimônio líquido para a demonstração do resultado no momento da baixa da operação. A baixa total ou parcial de participação em subsidiária no exterior ocorre na venda ou encerramento, do todo ou parte da operação.

Assim, as demonstrações financeiras das subsidiárias do exterior, cuja moeda funcional era diferente do Real em 2019, foram convertidas adotando-se os seguintes critérios descritos abaixo, que serão apenas alterados a partir de 01 de janeiro de 2020, seguindo os mesmos critérios descritos na nota 3.2.7.2:

- (i) ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- (ii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio obtida por meio da média das taxas diárias de cada mês;
- (iii) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos acima, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

#### **3.2.7.2. Transações e saldos em moeda estrangeira**

São convertidas adotando-se os seguintes critérios:

- (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação;
- (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX);
- (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício.

#### **3.2.8. Hiperinflação**

A subsidiária integral Stenfar sediada na Argentina, é sujeita aos requerimentos do CPC 42 / IAS 29 – Economias Hiperinflacionárias, considerando que o país sede desta entidade é classificado como de economia hiperinflacionária desde 2018.

Os itens não monetários e o resultado do exercício, são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço da subsidiária integral esteja registrado ao valor corrente.

A conversão dos saldos patrimoniais e de resultado para a moeda de apresentação Reais foi realizada pela taxa de câmbio em vigor ao final do mês.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **3.2.9. Combinações de negócios**

São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.

Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição.

Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, civil e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente.

Nas transações de aquisição investimentos em coligadas e com controle compartilhado aplicam-se as orientações complementar ao CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19 / IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18 / IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado é segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados.

Nas demonstrações financeiras individuais, o excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas.

### **3.2.10. Informação por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam principalmente canais de venda.

### **3.2.11. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

### **3.2.12. Ativos financeiros**

#### **3.2.12.1. Classificação**

Os ativos financeiros são classificados com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:

- (i) custo amortizado;
- (ii) valor justo por meio do resultado abrangente;
- (iii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

#### **3.2.12.1.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos.

#### **3.2.12.1.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente**

São ativos financeiros mantidos pela Suzano (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Suzano optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **3.2.12.1.3. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos.

Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações.

### **3.2.12.2. Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é registrado no balanço patrimonial quando há (i) um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e (ii) uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.2.12.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros**

#### **3.2.12.3.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa



**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado do exercício.

Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

#### **3.2.12.3.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente**

Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Para tais ativos financeiros, uma redução relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, é uma evidência de que o ativo está deteriorado e a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida na demonstração do resultado.

#### **3.2.13. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, na demonstração de resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsicamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial.

#### **3.2.14. Contas a receber de clientes**

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Suzano, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

A Suzano utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada.

A Suzano adota procedimentos e análises para estabelecer limites de créditos.

A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado do exercício. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

### **3.2.15. Estoques**

São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização.

O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão-de-obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda.

As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço.

O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques, é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete.

Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques.

### **3.2.16. Ativos não circulantes mantidos para venda**

São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos das despesas de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os mesmos estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

### **3.2.17. Imobilizado**

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou desmobilização, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada de empréstimos e financiamentos vigente na data da capitalização.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia e suas controladas realizam anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

### **3.2.18. Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de USGs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Companhia e suas controladas registram neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e servidão de passagem.

A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos, divulgados na nota 16.

### **3.2.19. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") correntes e diferidos**

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia,

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

### **3.2.20. Contas a pagar aos fornecedores**

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

### **3.2.21. Empréstimos e financiamentos**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto.

Os custos de empréstimos e financiamentos, seja específico ou não, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### **3.2.22. Provisões, ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material.

Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes de natureza tributária e civil avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre:

- (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou
- (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente.

### **3.2.23. Provisão para desmobilização de ativos**

Compreende os custos para a desmobilização de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. O reconhecimento inicial é um passivo de longo prazo em contrapartida ao ativo imobilizado vinculado e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros descontado por uma taxa livre de risco ajustada. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente por uma taxa de desconto de longo prazo em contrapartida ao resultado financeiro. O ativo imobilizado vinculado é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal em contrapartida à rubrica de custo de produto vendido na demonstração de resultado.

### **3.2.24. Pagamento baseado em ações**

Os executivos e administradores da Companhia e da Suzano recebem parcela de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos são reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é reconhecida na rubrica despesas administrativas na demonstração de resultado.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Suzano, o passivo financeiro é reclassificado para a rubrica opções de ações outorgadas no patrimônio líquido. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Suzano liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

### **3.2.25. Benefícios a empregados**

A Companhia e suas controladas oferecem benefícios relativos à plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida à todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração.

As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial são registrados na rubrica de despesas financeiras.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **3.2.26. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

### **3.2.27. Subvenções e assistências governamentais**

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do exercício de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

### **3.2.28. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia, que estabelece que o dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

### **3.2.29. Capital social**

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais.

### **3.2.30. Reconhecimento da receita**

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos.

Para isso, a Suzano utiliza o modelo de 5 passos: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito ("*lead time*"), quando destinado ao mercado interno.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Para os segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita, baseia-se nos parâmetros previstos no tempo de trânsito ("*lead time*") e são produtos destinados ao mercado interno.

São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Um passivo de reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecido para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente.

### **3.2.31. Receitas e despesas financeiras**

Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos de financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

### **3.2.32. Resultado básico por ação**

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras.

### **3.2.33. Participação dos funcionários e administradores no resultado**

Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores da Suzano são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas.

### **3.2.34. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes**

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, são apresentadas a seguir:

- (i) combinação de negócios (nota 1.2.1);
- (ii) valor justo de instrumentos financeiros (nota 4);
- (iii) análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 5 e 18);
- (iv) análise anual do valor recuperável de impostos (notas 9 e 12);
- (v) valor justo dos ativos biológicos (nota 13);
- (vi) vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 15 e 16);
- (vii) provisão para passivos judiciais (nota 20);
- (viii) benefícios de aposentadoria (nota 21); e
- (ix) transações com pagamento baseado em ações (nota 22).

A Companhia e suas controladas revisam continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

### **3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes**

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**

### **4.1. Gerenciamento de riscos financeiros**

#### **4.1.1. Visão geral**

Em decorrência de suas atividades, a Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores considerados pela Administração são:

- (i) liquidez;
- (ii) crédito;
- (iii) taxas de câmbio;
- (iv) taxas de juros;
- (v) oscilações de preços de *commodities*; e



**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

(vi) capital.

A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas dispõem de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam:

- (i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia e de suas controladas contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção (“riscos de mercado”) ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não (“riscos de liquidez”) aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos;
- (ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Companhia e suas controladas dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e,
- (iii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de hedges naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia e suas controladas visam a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais.

Instrumentos de hedge são contratados exclusivamente visando proteção e são pautados nos seguintes termos:

- (i) proteção do fluxo de caixa contra descasamento de moedas,
- (ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas; e
- (iii) oscilações no preço da celulose ou outros fatores de risco.

A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa.

A Companhia e suas controladas utilizam os instrumentos financeiros de maior liquidez, e:

- (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*);
- (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e
- (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas não adotam a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, os ganhos e perdas mensurados nas operações com derivativos, estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 27.

#### 4.1.2. Classificação

Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Ativos</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	3.313.890	4.405.004	60.034	12.823
Contas a receber de clientes (nota 7)	3.035.817	2.537.058		
Outros ativos	567.680	264.087	293	149
	<u>6.917.387</u>	<u>7.206.149</u>	<u>60.327</u>	<u>12.972</u>
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>				
Outros investimentos	20.048			
<b>Ao valor justo por meio do resultado</b>				
Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)	1.098.972	493.934		
Aplicações financeiras (nota 6)	6.330.334	21.098.565		
	<u>7.429.306</u>	<u>21.592.499</u>		
	<u>14.366.741</u>	<u>28.798.648</u>	<u>60.327</u>	<u>12.972</u>
<b>Passivos</b>				
<b>Ao custo amortizado</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.1)	63.684.326	35.737.509		
Contas a pagar de operações de arrendamento (nota 19.2)	3.986.314		2.244	
Contas a pagar com aquisição de ativos e controladas (nota 23)	541.615	992.512		
Fornecedores (nota 17)	2.376.459	632.565		
Outros Passivos	578.849	405.686		
	<u>70.588.714</u>	<u>37.362.586</u>	<u>2.244</u>	
<b>Ao valor justo por meio do resultado</b>				
Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)	2.917.913	1.636.700		
	<u>73.506.627</u>	<u>38.999.286</u>	<u>2.244</u>	

#### 4.1.3. Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contratuais. Os contratos de instrumentos financeiros derivativos, utilizados exclusivamente com a finalidade de proteção, são mensurados ao valor justo.

Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e liquidados, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices é calculado com base no valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para as operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para transações de taxas de juros em reais e da *British Bankers Association* e *Bloomberg* para transações de taxa *London Interbank Offered Rate* ("LIBOR"). O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado e não para liquidação ou venda forçada, em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como *Garman-Kohlhagen*, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de *bunker* de petróleo é obtido com base nas cotações do índice *Platts*.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Suzano se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações financeiras apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

Os valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos, são apresentados a seguir:

		Consolidado	
	Curva de desconto	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Cotados no mercado secundário			
Em moeda estrangeira			
Bonds	US\$	30.066.087	15.035.165
Estimados ao valor presente			
Em moeda estrangeira			
Créditos de exportação ("Pré-pagamento")	LIBOR US\$	17.213.963	12.819.072
Créditos de exportação ("Finnvera")	LIBOR US\$		832.907
Créditos de exportação ("ACC/ACE")	DI 1	575.521	1.732.088
Em moeda nacional			
BNB - Financiamento Florestal	DI 1	193.646	
BNDES - TJLP	DI 1	1.895.959	206.601
BNDES - TLP	DI 1	535.812	
BNDES - Fixo	DI 1	113.979	348.827
BNDES - Selic ("Sistema Especial de Liquidação e de Custódia")	DI 1	693.969	
BNDES - Cesta de moedas	DI 1	54.420	169.243
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	DI 1	6.039.983	2.383.775
Debêntures	DI 1	5.534.691	4.721.603
FINAME ("Agência Especial de Financiamento Industrial")	DI 1	14.168	
FINEP ("Financiadora de Estudos e Projetos")	DI 1	5.138	
NCE ("Notas de Crédito à Exportação")	DI 1	1.445.383	1.501.623
NCR ("Nota de Crédito Rural")	DI 1	288.122	297.375
Créditos de exportação ("Pré-pagamento")	DI 1	1.464.798	
FDCO ("Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste")	DI 1	571.904	
		66.707.543	40.048.279

A Administração considera que para os demais passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 4.2. Administração de risco de liquidez

A Suzano tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto a instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

Consolidado	31 de dezembro de 2019					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	2.376.459	2.376.459	2.376.459			
Empréstimo, financiamentos e debêntures	63.684.326	89.708.210	8.501.278	5.692.149	29.088.292	46.426.491
Contas a pagar de arrendamento	3.986.314	7.113.063	560.351	1.426.837	1.187.831	3.938.044
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	541.615	618.910	103.132	101.149	315.989	98.640
Instrumentos financeiros derivativos	2.917.913	8.299.319	1.488.906	415.791	1.258.200	5.136.422
Outros passivos	578.849	578.849	457.126	121.723		
	<b>74.085.476</b>	<b>108.694.810</b>	<b>13.487.252</b>	<b>7.757.649</b>	<b>31.850.312</b>	<b>55.599.597</b>

Consolidado	31 de dezembro de 2018					
	Valor contábil total	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	632.565	632.565	632.565			
Empréstimo, financiamentos e debêntures	35.737.509	54.020.082	5.158.441	4.091.669	18.372.597	26.397.375
Contas a pagar com aquisição de ativos e controladas	992.512	1.099.331	495.862	100.715	316.730	186.024
Instrumentos financeiros derivativos	1.636.700	2.149.710	790.679	736.715	465.853	156.463
Outros passivos	405.686	405.686	368.345	37.341		
	<b>39.404.972</b>	<b>58.307.374</b>	<b>7.445.892</b>	<b>4.966.440</b>	<b>19.155.180</b>	<b>26.739.862</b>

#### 4.3. Administração de riscos de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), *box* de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("*Letters of Credit* – LC"), seguradoras, prazo para recebimento de clientes, adiantamentos à

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

fornecedores para novos projetos, entre outros.

#### 4.3.1. Clientes e adiantamentos a fornecedores

A Suzano possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, principalmente, por meio da contratação de apólices de seguro de crédito, garantias bancárias fornecidas por bancos de primeira linha e garantias reais avaliadas de acordo com a liquidez. Ademais, a carteira de clientes é objeto de análise de crédito interna que visa avaliar o risco em relação a performance de pagamento, tanto para exportações como para vendas no mercado interno.

Para a avaliação de crédito dos clientes, a Suzano utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

		Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Baixo <sup>(1)</sup>	2.775.364	2.447.184
Médio <sup>(2)</sup>	168.836	66.587
Alto <sup>(3)</sup>	133.613	60.466
	<b>3.077.813</b>	<b>2.574.237</b>

1) Vincendo e em atraso até 30 dias.

2) Em atraso entre 30 e 90 dias

3) Em atraso acima de 90 dias e renegociado com cliente ou com garantias reais.

Parte dos montantes acima não consideram o valor de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") calculada com base na matriz de provisão nos montantes de R\$41.996 e R\$37.179 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

#### 4.3.2. Bancos e instituições financeiras

A Suzano, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>3.249.127</b>	4.387.453
Aplicações financeiras	<b>6.330.334</b>	21.098.565
Instrumentos financeiros derivativos	<b>830.426</b>	493.934
	<b>10.409.887</b>	<b>25.979.952</b>

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</b>		<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	
	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
<b>Classificação de risco <sup>(1)</sup></b>				
AAA	<b>190.360</b>	19.736.151		141.296
AA+		5.257.518		
AA		68.207		259.711
AA-	<b>56.388</b>	422.899		
A+	<b>606.757</b>		<b>27.363</b>	
A	<b>188.458</b>	80	<b>165.851</b>	51.281
A-	<b>211.238</b>	1.160	<b>222.761</b>	
brAAA	<b>7.153.079</b>		<b>404.693</b>	
brAA+	<b>745.177</b>		<b>9.758</b>	
brAA	<b>372.188</b>			
brAA-	<b>23.050</b>			
brA	<b>17.847</b>			
Outros	<b>14.919</b>	1		41.646
	<b>9.579.461</b>	25.486.016	<b>830.426</b>	493.934

<sup>1)</sup> Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

#### 4.4. Administração de riscos de mercado

A Suzano está exposta a uma série de riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de *commodities* que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

Para mitigar os impactos, a Suzano dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos.

As políticas estabelecem os limites e os instrumentos a serem implementados com o objetivo de:

- (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas,
- (ii) mitigação de exposições a taxas de juros,

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

(iii) redução dos impactos da flutuação de preços de *commodities*, e

(iv) troca de indexadores da dívida.

A gestão de riscos de mercado realiza a identificação, a avaliação e a implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

#### 4.4.1. Administração de risco de taxas de câmbio

A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Suzano são direcionadas considerando que parte substancial da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em Dólares dos Estados Unidos e por outro lado, parte substancial dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Suzano contrate financiamentos de exportação em Dólares norte-americanos e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital e proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos.

Além disso, a Suzano contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual do excedente líquido de divisas no horizonte de 18 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

A exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, a qual é substancialmente em Dólares dos Estados Unidos, está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	<b>2.527.834</b>	1.143.968
Contas a receber de clientes	<b>2.027.018</b>	1.661.108
Instrumentos financeiros derivativos	<b>9.440.141</b>	493.685
	<b>13.994.993</b>	3.298.761
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	<b>(1.085.207)</b>	(72.680)
Empréstimos e financiamentos	<b>(45.460.138)</b>	(26.384.721)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	<b>(288.172)</b>	(333.049)
Instrumentos financeiros derivativos	<b>11.315.879</b>	(1.464.569)
	<b>(35.517.638)</b>	(28.255.019)
<b>Exposição passiva líquida</b>	<b>(21.522.645)</b>	(24.956.258)

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 4.4.1.1. Análise de sensibilidade – exposição cambial – exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Suzano utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em Reais na data base do balanço patrimonial (R\$/US\$ = R\$4,0307).

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos em 25% e 50%, antes dos impostos.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado 31 de dezembro de 2019		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	2.527.834	631.959	1.263.917
Contas a receber de clientes	2.027.018	506.755	1.013.509
Fornecedores	1.085.207	271.302	542.604
Empréstimos e financiamentos	45.460.138	11.365.035	22.730.069
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	288.172	72.043	144.086

#### 4.4.1.2. Análise de sensibilidade – exposição cambial de instrumentos financeiros derivativos

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos em 25% e 50%, antes dos impostos.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado 31 de dezembro de 2019				
	Efeito no resultado e no patrimônio				
	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>					
Derivativos opções	(2.198.750)	(4.087.518)	(8.175.033)	(4.087.510)	(8.175.024)
Derivativos swaps	66.981	(2.710.465)	(6.048.324)	(3.011.787)	(6.383.188)



(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 4.4.2. Administração de risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

A Suzano busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa.

Considerando o risco de extinção da LIBOR no decorrer dos próximos anos, a Suzano está avaliando seus contratos com cláusulas que vislumbrem a descontinuação da taxa de juros. A maior parte dos contratos de dívidas atreladas à LIBOR, possui alguma cláusula de substituição desta taxa por um índice de referência ou taxa juros equivalente e, para os contratos que não possuem uma cláusula específica, será realizada uma renegociação entre as partes. Os contratos de derivativos atrelados a LIBOR, preveem uma negociação entre as partes para a definição de uma nova taxa ou será fornecida uma taxa equivalente pelo agente de cálculo.

No decorrer dos próximos anos, até a extinção da LIBOR, a Suzano trabalhará ativamente para refletir em todos os seus contratos uma taxa equivalente de substituição.

##### 4.4.2.1. Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros – exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Suzano utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pelas taxas Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), a Taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“SELIC”) e *London Interbank Offered Rate* (“LIBOR”) e podem gerar no resultado. O cenário provável representa os valores já contabilizados, pois refletem a melhor estimativa da Administração.

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado 31 de dezembro de 2019		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
<b>CDI</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	630.075	6.931	13.862
Aplicações financeiras	6.330.334	69.634	139.267
Empréstimos e financiamentos	11.482.992	581.039	252.626
<b>TJLP</b>			
Empréstimos e financiamentos	9.720.880	622.671	270.727
<b>Libor</b>			
Empréstimos e financiamentos	16.229.715	356.183	154.862

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 4.4.2.2. Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros de instrumentos financeiros derivativos

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

		Consolidado 31 de dezembro de 2019				
		Efeito no resultado e no patrimônio				
	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)	
<b>CDI</b>						
Instrumentos financeiros derivativos						
Passivo						
Derivativos opções	66.981	(72.473)	(142.327)	75.530	154.446	
Derivativos swaps	(2.198.750)	(42.752)	(83.345)	44.995	92.339	
<b>Libor</b>						
Instrumentos financeiros derivativos						
Passivo						
Derivativos swaps	(2.198.750)	163.314	326.151	(163.811)	(328.121)	

#### 4.4.2.3. Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana

Para a mensuração do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana ("United States Consumer Price Index - US-CPI") em 31 de dezembro de 2019. O cenário provável foi extrapolado considerando uma valorização/desvalorização de 25% e 50% no US-CPI para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente.

		Consolidado 31 de dezembro de 2019		
		Efeito no resultado		
	Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)	
Derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé	268.547	107.815	220.514	

#### 4.4.3. Administração de risco de preço de commodities

A Suzano está exposta a preços de commodities, principalmente no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Suzano.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

A Suzano possui equipe especializada que monitora o preço da celulose e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. Não existe mercado financeiro com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Suzano. As operações de proteção de preço da celulose disponíveis no mercado têm baixa liquidez e volume e grande distorção na formação do preço.

A Suzano também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo. Neste caso, a Suzano avalia, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fixar o preço do petróleo.

Em 31 de dezembro de 2019, posição comprada de US\$0,364 para proteção do custo logístico (US\$5.344 em 31 de dezembro de 2018).

#### **4.4.3.1. Análise de sensibilidade - preço de *commodities***

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado		
	31 de		
	dezembro		
	de 2019		
	Impacto da alta/redução do US-CPI no valor justo		
	valores absolutos		
	Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
Derivativo petróleo	(92)	478	864

#### **4.5. Instrumentos financeiros derivativos**

A Suzano determina o valor justo dos contratos de derivativos, o qual divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos *spreads* bancários e fatores de mercado no momento da cotação. Os valores apresentados pela Suzano baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado e utilizam dados fornecidos por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados por consultoria externa.

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do procedimento utilizado para a obtenção dos valores justos:

- (i) *Swap*: o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva são estimados pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. O valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do cupom cambial (a remuneração, em Dólares norte

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

americanos, dos Reais investidos no Brasil) e no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de crédito da Suzano e da contraparte. A exceção são os contratos pré fixados x US\$ onde o valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva da LIBOR, divulgada pela *Bloomberg*. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidos da B3.

- (ii) *Opções (Zero Cost Collar)*: para o cálculo do valor justo das opções foi utilizado o modelo de *Garman Kohlhagen*, considerando o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Os dados de volatilidades e taxas de juros são observáveis e foram obtidos da B3 para apuração dos valores justos.
- (iii) *Non-deliverable forward (NDF)*: é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela a curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidos da B3.
- (iv) *Swap de US-CPI*: os fluxos de caixa da ponta passiva são projetados pela curva de inflação norte-americana US-CPI, obtida pelas taxas implícitas aos títulos americanos indexados à inflação ("Tesouro Protegido contra a Inflação – TIPS"), divulgada pela *Bloomberg*. Os fluxos de caixa da ponta ativa são projetados pela taxa fixa implícita no derivativo embutido. O valor justo do derivativo embutido é a diferença entre as duas pontas, trazida a valor presente pela curva do cupom cambial obtida da B3.
- (v) *Swap Bunker (petróleo)*: é efetuada uma projeção futura do preço do ativo, utilizando-se a curva futura de preço divulgada pela *Bloomberg*. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta projeção obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela a curva da LIBOR divulgada pela *Bloomberg*.

As curvas utilizadas para o cálculo do valor justo em 31 de dezembro de 2019 estão apresentadas a seguir:

Prazo	Curva de juros		Cupom de dólar sujo
	Brasil	Estados Unidos da América	
1M	4,41% a.a.	1,91% a.a.	13,33% a.a.
6M	4,33% a.a.	1,84% a.a.	4,37% a.a.
1A	4,56% a.a.	1,77% a.a.	3,40% a.a.
2A	5,28% a.a.	1,68% a.a.	2,93% a.a.
3A	5,79% a.a.	1,66% a.a.	2,81% a.a.
5A	6,43% a.a.	1,70% a.a.	2,87% a.a.
10A	7,01% a.a.	1,86% a.a.	3,31% a.a.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 4.5.1. Derivativos em aberto por tipo de contrato, inclusive derivativos embutidos

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

Tipo do derivativo	Valor de referência (nacional) - em US\$		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Instrumentos contratados com estratégia de proteção</b>				
<b>Hedge operacional</b>				
NDF (R\$ x US\$)		150.000		17.036
Zero Cost Collar	3.425.000	3.040.000	67.078	(134.814)
<b>Hedge de dívida</b>				
<b>Hedge de taxa de juros</b>				
Swap LIBOR para Fixed (US\$)	2.750.000	2.757.143	(444.910)	(170.707)
Swap IPCA para CDI (nacional em Reais)	843.845		233.255	
Swap IPCA para Fixed (US\$)	121.003		30.544	
Swap CDI x Fixed (US\$)	3.115.614	2.402.110	(1.940.352)	(853.141)
Swap Pré Fixada para US\$	350.000		(33.011)	
<b>Hedge de commodities</b>				
Swap do US-CPI (madeira em pé)	679.485		268.547	
Swap Bunker (petróleo)	365	5.344	(92)	(1.140)
			<u>(1.818.941)</u>	<u>(1.142.766)</u>
Ativo circulante			260.273	352.454
Ativo não circulante			838.699	141.480
Passivo circulante			(893.413)	(596.530)
Passivo não circulante			<u>(2.024.500)</u>	<u>(1.040.170)</u>
			<u>(1.818.941)</u>	<u>(1.142.766)</u>

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2019, são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado.

A seguir são descritos cada um dos contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

- (i) *Swap* CDI x *Fixed* US\$: posições em swaps convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para Dólares dos Estados Unidos.
- (ii) *Swap* IPCA x CDI: posições em swaps convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") por taxa de DI. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais.
- (iii) *Swap* IPCA x *Fixed* US\$: posições em swaps convencionais trocando variação do IPCA por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para Dólares dos Estados Unidos.
- (iv) *Swap* LIBOR x *Fixed* US\$: posições em swaps convencionais trocando taxa pós-fixada (LIBOR) por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (v) *Swap pre Fixed R\$ x Fixed US\$*: posições em *swaps* convencionais trocando taxa prefixada em Reais por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em Reais para Dólares dos Estados Unidos.
- (vi) *Zero-Cost Collar*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda e venda de opções de compra de Dólares dos Estados Unidos, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira sobre os ajustes de posição.
- (vii) *NDF - Non Deliverable Forward* (Contrato a termo de moeda) *NDF US\$*: posições vendidas em contratos futuros de Dólares dos Estados Unidos com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações.
- (viii) *Swap Bunker* (petróleo): posições compradas de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos relacionados aos contratos de frete marítimo.
- (ix) *Swap US-CPI*: O derivativo embutido refere-se aos contratos de swap de venda das variações do US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal e de fornecimento de madeira em pé

#### 4.5.2. Cronograma de vencimentos do valor justo

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
2019		(244.069)
2020	(633.644)	(180.333)
2021	98.850	87.851
2022	(154.734)	83.692
2023	185.209	80.052
2024	(197.718)	82.963
2025	(606.827)	(486.958)
2026 em diante	(510.077)	(565.964)
	<u>(1.818.941)</u>	<u>(1.142.766)</u>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 4.5.3. Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

		Consolidado			
		Valor nominal		Valor justo	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Moeda					
<b>Hedge de dívida</b>					
<b>Ativos</b>					
Swap CDI x Fixed (US\$)	R\$	11.498.565	8.722.620	11.673.117	119.178
Swap Pré Fixada para (US\$)	R\$	1.317.226		1.478.336	
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	2.750.000	2.757.143	11.063.970	
Swap IPCA para CDI	IPCA	933.842		1.093.067	
Swap IPCA para US\$	IPCA	499.441		579.307	
				25.887.797	119.178
<b>Passivos</b>					
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$	3.115.614	2.402.110	(13.613.469)	(972.319)
Swap Pré Fixada para (US\$)	US\$	350.000	2.757.143	(1.511.347)	(170.707)
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	2.750.000		(11.508.880)	
Swap IPCA para CDI	R\$	843.845		(859.812)	
Swap IPCA para US\$	US\$	121.003		(548.763)	
				(28.042.271)	(1.143.026)
				(2.154.474)	(1.023.848)
<b>Hedge operacional</b>					
Zero cost collar (US\$ x R\$)	US\$	3.425.000	3.040.000	67.078	(134.814)
NDF (R\$ x US\$)	US\$		150.000		17.036
				67.078	(117.778)
<b>Hedge de commodities</b>					
Swap US-CPI (madeira em pé)	US\$	679.485		268.547	
Swap Bunker	US\$	365	5.344	(92)	(1.140)
				268.455	(1.140)
				(1.818.941)	(1.142.766)

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### Valores justos liquidados

As posições de derivativos liquidados estão apresentadas a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
<b>Hedge operacional</b>		
Zero cost collar (R\$ x US\$)	(104.040)	(110.271)
NDF (R\$ x US\$)	63.571	(1.235.448)
	<u>(40.469)</u>	<u>(1.345.719)</u>
<b>Hedge de commodities</b>		
Swap Bunker (petróleo)	3.804	
	<u>3.804</u>	
<b>Hedge de dívida</b>		
Swap CDI x Fixed (US\$)	(68.362)	19.145
Swap IPCA x CDI	23.024	
Swap pré fixada para (US\$)	(26.358)	
Swap Libor x Fixed (US\$)	(27.088)	(4.939)
	<u>(98.784)</u>	<u>14.206</u>
	<u>(135.449)</u>	<u>(1.331.513)</u>

### 4.6. Hierarquia do valor justo

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve alteração entre os três níveis de hierarquia, exceto os investimentos, da Suzano na Ensyn e Spinnova, conforme divulgado na nota 3.1.5., que passaram a ser reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial. Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante os exercícios apresentados.



(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Total		
<b>Ativos</b>			
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Instrumentos financeiros derivativos		1.098.972	1.098.972
Aplicações financeiras	1.631.319	4.699.015	6.330.334
	1.631.319	5.797.987	7.429.306
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>			
Outros investimentos – CelluForce			20.048
			20.048
Ativo biológico			10.571.499
			10.571.499
<b>Total do ativo</b>	<b>1.631.319</b>	<b>5.797.987</b>	<b>10.591.547</b>
			18.020.853
<b>Passivo</b>			
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Instrumentos financeiros derivativos		2.917.913	2.917.913
		2.917.913	2.917.913
<b>Total do passivo</b>		<b>2.917.913</b>	<b>2.917.913</b>
			Consolidado
			31 de dezembro de 2018
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Total		
<b>Ativos</b>			
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Instrumentos financeiros derivativos		493.934	493.934
Aplicações financeiras	14.933.513	6.165.052	21.098.565
	14.933.513	6.658.986	21.592.499
Ativo biológico			4.935.905
			4.935.905
<b>Total do ativo</b>	<b>14.933.513</b>	<b>6.658.986</b>	<b>4.935.905</b>
			26.528.404
<b>Passivo</b>			
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Instrumentos financeiros derivativos		1.636.700	1.636.700
		1.636.700	1.636.700
<b>Total do passivo</b>		<b>1.636.700</b>	<b>1.636.700</b>

#### 4.7. Gestão do capital

O principal objetivo é fortalecer sua estrutura de capital, buscando manter um nível de alavancagem financeira adequado, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios.

A Suzano monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted").

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média % a.a.	Consolidado		Controladora	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Caixa e bancos</b>	1,83	<b>2.465.122</b>	1.152.038	<b>304</b>	17
<b>Equivalentes de caixa</b>					
<b>Em moeda nacional</b>					
Depósito a prazo fixo (1)	99,52% do CDI	<b>693.813</b>	3.232.531	<b>59.730</b>	12.806
<b>Em moeda estrangeira</b>					
Depósito a prazo fixo (1)	1,58	<b>154.955</b>	20.435		
		<b>3.313.890</b>	<b>4.405.004</b>	<b>60.034</b>	<b>12.823</b>

- 1) Refere-se a aplicações em *Time Deposit* e *Sweep Account*, com vencimento até 90 dias.  
*Time Deposit*: é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento.  
*Sweep Account*: é uma conta remunerada, de varredura. Ao final do dia, o saldo que permanece na conta é aplicado automaticamente e disponibilizado automaticamente no próximo dia útil pela manhã.

## 6. Aplicações financeiras – consolidado

	Taxa média % a.a.	Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Em moeda nacional</b>			
Fundos de Investimentos	61,51% do CDI	<b>6.683</b>	
Fundos Exclusivos	98,73% do CDI	<b>1.431.303</b>	14.933.513
Títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado		<b>1.631.319</b>	2.049.281
Títulos privados (Compromissadas)	98,73% do CDI	<b>3.081.326</b>	4.115.771
Títulos privados (Compromissadas) – <i>Escrow Account</i> <sup>(1)</sup>	101,02% do CDI	<b>179.703</b>	
		<b>6.330.334</b>	<b>21.098.565</b>
<b>Circulante</b>		<b>6.150.631</b>	21.098.565
<b>Não circulante</b>		<b>179.703</b>	

- 1) Refere-se à conta caução que será liberada somente após a obtenção das aprovações governamentais aplicáveis e ao cumprimento pela Suzano, das condições precedentes para a conclusão do Projeto Losango previstas no acordo firmado com a empresa CMPC Celulose Riograndense S.A. ("CMPC"). O Projeto Losango foi uma transação de compra e venda de terras e florestas envolvendo a Fibria e a CMPC, assinado em dezembro de 2012.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 7. Contas a receber de clientes – consolidado

### 7.1. Composição dos saldos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
<b>Cientes no país</b>		
Terceiros	<b>1.027.034</b>	853.684
Fundo de investimentos em direitos creditórios ("FIDC")		22.299
Partes relacionadas	<b>23.761</b>	36.727
<b>Cientes no exterior</b>		
Terceiros	<b>2.027.018</b>	1.661.527
(-) PECLD	<b>(41.996)</b>	(37.179)
	<b><u>3.035.817</u></b>	<b><u>2.537.058</u></b>

A Suzano realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência à contraparte de, substancialmente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma que esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Esta transação se refere a uma oportunidade de geração adicional de caixa, podendo ser descontinuada a qualquer momento, sem impactos significativos na operação da Suzano e assim, é classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2019 é de R\$3.544.625 (R\$396.563 em 31 de dezembro de 2018).

### 7.2. Análise dos vencimentos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
<b>Valores a vencer</b>	<b>2.552.459</b>	2.119.188
<b>Valores vencidos</b>		
até 30 dias	<b>180.909</b>	291.050
31 e 60 dias	<b>148.388</b>	54.845
61 e 90 dias	<b>20.448</b>	10.982
91 e 120 dias	<b>20.680</b>	7.446
121 e 180 dias	<b>17.899</b>	6.285
Acima de 180 dias	<b>95.034</b>	47.262
	<b><u>3.035.817</u></b>	<b><u>2.537.058</u></b>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### 7.3. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(37.179)</b>	<b>(38.740)</b>
Combinação de negócios com a Fibria <sup>(1)</sup>	<b>(5.947)</b>	
Adição	<b>(18.650)</b>	<b>(11.578)</b>
Reversão	<b>6.364</b>	<b>5.128</b>
Baixa	<b>13.383</b>	<b>8.993</b>
Variação cambial	<b>33</b>	<b>(982)</b>
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(41.996)</b>	<b>(37.179)</b>

1) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

A Suzano mantém garantias para títulos vencidos em suas operações comerciais, através de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e outras garantias. Essas garantias evitam a necessidade de parte do reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, de acordo com a política de crédito da Suzano.

### 7.4. Informações sobre os principais clientes

A Suzano possui 1 (um) cliente responsável por 10% da receita líquida de venda do segmento de celulose nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

## 8. Estoques – consolidado

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
Produtos acabados		
Celulose		
No Brasil	<b>575.335</b>	167.317
No exterior	<b>2.229.206</b>	485.226
Papel		
No Brasil	<b>199.635</b>	227.303
No exterior	<b>70.199</b>	67.872
Produtos em elaboração	<b>75.377</b>	52.882
Matérias-primas	<b>1.047.433</b>	626.150
Materiais de almoxarifado e outros	<b>488.410</b>	226.354
	<b>4.685.595</b>	1.853.104

Em 31 de dezembro de 2019, os estoques estão líquidos do saldo das perdas estimadas nos montantes de R\$106.713 no consolidado (R\$33.195 no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 8.1. Movimentação da perda estimada

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(33.195)</b>	(51.911)
Combinação de negócios com a Fibria <sup>(1)</sup>	<b>(11.117)</b>	
Adição <sup>(2)</sup>	<b>(111.077)</b>	(10.605)
Reversão	<b>9.734</b>	5.873
Baixa <sup>(3)</sup>	<b>38.942</b>	23.448
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(106.713)</b>	(33.195)

- 1) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.
- 2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, refere-se, substancialmente, a provisão para perdas de estoque de produto acabado e matéria-prima, nos montantes de R\$42.470 e R\$39.382, respectivamente.
- 3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, refere-se, substancialmente, a baixas de materiais de almoxarifado e matéria-prima, nos montantes de R\$5.786 e R\$26.083, respectivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, baixas adicionais foram realizadas diretamente no resultado no montante de R\$5.190 no consolidado, e R\$29.828 no consolidado em 31 de dezembro de 2018.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não há estoques dados em garantia.

## 9. Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	680.479	105.036	718	999
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado <sup>(1)</sup>	61.376	55.518		
PIS/COFINS - outras operações	589.142	12.448		22
PIS/COFINS - exclusão de ICMS <sup>(2)</sup>	128.115			
ICMS - sobre aquisição de imobilizado <sup>(3)</sup>	115.560	78.154		
ICMS - outras operações <sup>(4)</sup>	1.519.017	215.361		
Programa Reintegra <sup>(5)</sup>	118.944	48.879		
Outros impostos e contribuições	18.799	24.855		
Provisão para perda de créditos de ICMS <sup>(6)</sup>	(1.304.329)	(10.792)		
Provisão para perda de créditos de PIS/COFINS	(21.132)			
Menos valia - Combinação de Negócios com a Fibria	(199.076)			
	<b>1.706.895</b>	529.459	<b>718</b>	1.021
Circulante	<b>997.981</b>	297.961	<b>718</b>	1.021
Não circulante	<b>708.914</b>	231.498		

- 1) Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): Créditos da Suzano cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

- 2) A Suzano e suas incorporadas ajuizaram ações para discutir os seus direitos à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo, em algumas dessas ações, períodos desde março de 1992.

Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal ("STF") definiu em julgamento realizado em 15 de março de 2017, a princípio sem a possibilidade de reversão de entendimento quanto ao mérito, que o ICMS não integra a base de cálculo das referidas contribuições. A União opôs Embargos de Declaração em outubro de 2017 buscando, entre outros pedidos, a modulação de efeitos da referida decisão a partir do julgamento dos referidos embargos de declaração, os quais ainda estão pendentes de julgamento.

Com base na decisão do STF e nas opiniões legais de nossos consultores jurídicos, a Suzano entende que é remota a alteração do resultado de julgamento do STF quanto ao mérito, razão pela qual a Suzano iniciou a exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições a partir do mês de apuração de agosto de 2018, uma prática também suportada por decisões e jurisprudência.

Quanto aos créditos passados de PIS e COFINS a recuperar, a Suzano obteve decisões favoráveis transitadas em julgado em ações propostas por suas incorporadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Suzano registrou o montante de R\$128.115 de créditos de PIS e COFINS na rubrica de tributos a recuperar em contrapartida a outros resultados operacionais (nota 30), referentes aos períodos de apuração de 2006 a 2018. A Suzano calculou o montante relativo a este período com base na melhor estimativa e nos documentos fiscais disponíveis, sendo que tal montante envolvido está sujeito a ajustes a serem efetuados pela Administração em períodos futuros.

A Suzano ainda possui outras ações sobre o assunto que ainda estão pendentes de julgamento, para os quais nenhum ativo ou ganho foi reconhecido.

- 3) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"): Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo Imobilizado ("CIAP").
- 4) Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos: Os créditos estão concentrados nos Estados do Maranhão, Espírito Santo, Bahia e Mato Grosso do Sul, onde a Suzano busca sua realização através da venda a terceiros, após aprovação da Secretaria da Fazenda de cada Estado. Os créditos também estão sendo realizados através do consumo em suas operações de bens e consumo (tissue) no mercado interno, no Maranhão.
- 5) Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras ("Reintegra"): Trata-se de um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais.
- 6) Inclui a provisão para desconto sobre venda à terceiros do crédito acumulado de ICMS no Maranhão e a provisão para perda integral do montante com baixa probabilidade de realização, das unidades do Espírito Santo, da Bahia e do Mato Grosso do Sul devido à dificuldade de sua realização

## 9.1. Movimentação da provisão para perda

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2019		
	ICMS	PIS e COFINS	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(10.792)</b>		<b>(10.792)</b>
Combinação de negócios com a Fibria <sup>(1)</sup>	(1.211.109)		(1.211.109)
Adição	(82.428)	(21.132)	(103.560)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(1.304.329)</b>	<b>(21.132)</b>	<b>(1.325.461)</b>

<sup>1)</sup> Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 9.2. Período estimado de realização

A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Consolidado</b>
2020	997.201
2021	249.180
2022	50.000
2023	50.000
a partir de 2024	359.734
	<b>1.706.115</b>

## 10. Adiantamento a fornecedores – consolidado

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
Programa de fomento Florestal	<b>1.087.149</b>	231.063
Adiantamento a fornecedores	<b>170.481</b>	85.963
	<b>1.257.630</b>	<b>317.026</b>
<b>Circulante</b>	<b>170.481</b>	98.533
<b>Não circulante</b>	<b>1.087.149</b>	218.493

O programa de fomento florestal consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento do produto agrícola madeira à Suzano. A Suzano fornece mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em dinheiro, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados, preferencialmente, em florestas. Adicionalmente, a Suzano apoia os produtores por meio de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas. Ao final dos ciclos de produção, a Suzano tem assegurado contratualmente o direito de realizar uma oferta de compra da floresta e/ou da madeira por valores em bases de mercado, entretanto, este direito não impede que os produtores negociem a floresta e/ou madeira com outros participantes do mercado, desde que, os valores incentivados sejam quitados integralmente.

## 11. Partes relacionadas

As operações comerciais e financeiras da Companhia e suas controladas com acionistas controladores, subsidiárias, controladas e empresas pertencentes a Companhia (“Grupo Suzano”) foram efetuadas a preços e condições usuais de mercado, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações, acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Suzano e suas partes relacionadas conforme divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2018, exceto pelas transações envolvendo as empresas que pertenciam à Fibria, que se tornaram

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

partes relacionadas da Suzano em razão da conclusão da combinação de negócios em janeiro de 2019.

### 11.1. Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo	Resultado
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (despesas)
<b>Com partes relacionadas</b>					
Mabex Representações e Participações Ltda.	Serviço de aviação				(110)
Instituto Ecofuturo	Serviços sociais			9	(5.272)
Lazam	Venda de papel				7
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Venda e compra de papel e celulose	23.755		2.467	103.581
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento e reembolso de despesas	1			4.843
Ficus Empreendimentos e Participações S.A.	Outras despesas			27	
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	Outras despesas			26	
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	Outras despesas			52	
Empreendimentos Imobiliários Lenar Ltda.	Outras receitas	11			
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas				2.269
BS Participações S.A.	Compartilhamento de despesas				765
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.	Compartilhamento de despesas				642
Bizma Investimentos Ltda.	Compartilhamento e reembolso de despesas	1			478
IPLF Holding S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital			42	4
Administradores	Reembolso de despesas			1	(9.178)
		<b>23.768</b>		<b>2.624</b>	<b>98.029</b>
<b>Com empresas controladas diretas</b>					
Suzano S.A.	Concessão de fianças e compartilhamento de despesas			3	5.945
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Adiantamento para futuro aumento de capital e		208		
	Compartilhamento de despesas				1.115
Premesa S.A.	Compartilhamento de despesas				299
			<b>208</b>	<b>3</b>	<b>7.359</b>

### 11.2. Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo	Resultado
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (despesas)
<b>Com partes relacionadas</b>					
Lazam-MDS Corretora e Adm.de Seguros S.A.	Consultoria e assessoria em seguros				(31)
Instituto Ecofuturo	Serviços sociais			33	(4.184)
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Venda de papel celulose	36.721		1.643	107.252
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento de despesas	1		9	4.570
Ficus Empreendimentos e Participações S.A.	Outras despesas			65	
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	Outras despesas			65	
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	Outras despesas			129	
Mabex Representações e Participações Ltda.	Serviços de aeronave				(529)
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas				1.499
BS Participações S.A.	Compartilhamento de despesas				826
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.	Compartilhamento de despesas				437
Bizma Investimentos Ltda.	Compartilhamento de despesas	2		13	551
IPLF Holding S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital e				
	compartilhamento de despesas			272	4
Fundação Arymax	Compartilhamento de despesas			5	-
		<b>36.724</b>		<b>2.234</b>	<b>110.395</b>
<b>Com empresas controladas diretas</b>					
Suzano Papel e Celulose S.A.	Concessão de fianças e gastos administrativos		128	3	12.723
Suzano Papel e Celulose S.A.	Dividendos a receber	1.165			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Adiantamento para futuro aumento de capital e				
	compartilhamento de despesas		1.333	3	1.300
Premesa S.A.	Compartilhamento de despesas				173
		<b>1.165</b>	<b>1.461</b>	<b>3</b>	<b>14.196</b>

### 11.3. Remunerações dos administradores

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado do exercício, estão apresentadas no quadro a seguir:



(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Benefícios de Curto Prazo</b>				
Salário ou Pró-Labore	42.225	54.613	2.766	5.950
Benefícios Direto ou Indireto	2.063	3.083	316	255
Bônus	8.007	19.890	2.458	3.138
	<u>52.295</u>	<u>77.586</u>	<u>5.540</u>	<u>9.343</u>
<b>Benefícios de Longo Prazo</b>				
Plano de Remuneração baseado em Ações	53.137	81.138	7.397	18.988
	<u>105.432</u>	<u>158.724</u>	<u>12.937</u>	<u>28.331</u>

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e “13º salário”), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remuneração variáveis como participação nos lucros, bônus e benefícios (assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada).

Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opção de compra de ações e ações fantasmas para executivos e membros-chave da Administração, de acordo com as regulamentações específicas (Nota explicativa 23).

## 12. Imposto de renda (“IRPJ”) e contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”)

A Companhia e suas controladas integrais sediadas no Brasil, são sujeitas ao regime de tributação com base no lucro real e presumido. As subsidiárias integrais sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país.

No Brasil, a Lei nº. 12.973/14 revogou o artigo 74 da Medida Provisória nº. 2.158/01 e determina que a parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excetuando a variação cambial, deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, ao fim de cada ano.

A Administração da Companhia e suas controladas acreditam na validade das previsões dos tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. De modo a garantir seu direito à não bitributação, a Suzano ingressou em abril de 2019 com ação judicial, que tem por objetivo a não tributação, no Brasil, do lucro auferido por sua subsidiária integral situada na Áustria, de acordo com a Lei nº. 12.973/14. Em razão da decisão liminar concedida em favor da Suzano nos autos da referida ação judicial, a Suzano decidiu por não adicionar o lucro da Suzano International Trading GmbH, sediada na Áustria, na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Suzano para o exercício de 2019. Não há provisão quanto ao imposto relativo ao lucro da referida subsidiária em 2019.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 12.1 Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Prejuízo Fiscal	604.025	313.563	3.776	3.270
Base negativa da contribuição social	147.705	7.804	1.359	1.177
Provisão para passivos judiciais	274.815	110.911	9.244	9.244
Provisões operacionais e para perdas diversas	936.612	289.254	2.760	2.583
Variação Cambial - Tributação pelo regime de caixa	2.001.942	534.093		
Perdas com derivativos	618.427	388.153		
Amortização da mais valia oriunda em combinação de negócios	713.656	5.327		
Lucro não realizado nos estoques	293.322	227.830		
Arrendamento mercantil	2.922	6.196		
Outras diferenças temporárias		4.056		
<b>Diferenças temporárias ativas</b>	<b>5.593.426</b>	<b>1.887.187</b>	<b>17.139</b>	<b>16.274</b>
Agio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	216.857	13.161		
Imobilizado - custo atribuído	1.506.220	1.552.579		
Depreciação acelerada incentivada	1.113.200	1.196.182		
Custo de transação	104.549	23.145		
Valor justo dos ativos biológicos	53.502	112.768		
Provisão de IR/CS sobre resultados das subsidiárias do exterior	463.850			
IR/CS Diferido sobre mais/menos valia alocado, líquido	502.347			
Creditos sobre exclusões do ICMS da base do PIS/COFINS	43.559			
Demais diferenças temporárias	17.004	2.158		
<b>Diferenças temporárias passivas</b>	<b>4.021.088</b>	<b>2.899.993</b>		
<b>Ativo não circulante</b>	<b>2.151.213</b>	<b>25.327</b>	<b>17.139</b>	<b>16.274</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>578.875</b>	<b>1.038.133</b>		

Exceto os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e a depreciação acelerada incentivada, que é alcançada somente pelo IRPJ, as demais bases tributáveis foram sujeitas à ambos impostos.

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social da Companhia e de suas controladas está apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Prejuízo fiscal a compensar	2.432.940	1.270.217	15.104	13.080
Base negativa da contribuição social a compensar	1.654.802	99.474	15.104	13.080

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

A movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>No início do exercício</b>	<b>(1.012.806)</b>	(1.774.553)	<b>16.274</b>	12.746
Combinação de negócio com a Fibria (1)	<b>1.034.842</b>			
Prejuízo fiscal	<b>271.065</b>	(261.685)	<b>506</b>	3.270
Base negativa da contribuição social	<b>139.901</b>	(22.026)	<b>182</b>	1.177
(Reversão)/Provisão para passivos judiciais	<b>31.262</b>	(1.964)		
Provisões operacionais e para perdas diversas	<b>(21.601)</b>	81.866	<b>177</b>	(919)
Variação cambial - Tributação pelo regime de caixa	<b>552.421</b>	451.300		
Perdas com derivativos	<b>319.860</b>	390.198		
Amortização da mais valia oriunda da combinação de negócios	<b>699.527</b>	5.327		
Lucro não realizado nos estoques	<b>65.492</b>	124.454		
Arrendamento mercantil	<b>(3.274)</b>	69		
Ajuste a valor presente		174		
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	<b>(203.696)</b>	(3.098)		
Imobilizado - custo atribuído	<b>46.359</b>	51.408		
Depreciação acelerada incentivada	<b>82.982</b>	(13.067)		
Custo de transação	<b>44.727</b>	(23.145)		
Valor justo do ativo biológico	<b>(60.778)</b>	(22.307)		
Provisão de IR/CS sobre resultados das subsidiárias do exterior	<b>(351.485)</b>			
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	<b>(43.559)</b>			
Demais diferenças temporárias	<b>(18.901)</b>	4.243		
<b>No final do exercício</b>	<b>1.572.338</b>	<b>(1.012.806)</b>	<b>17.139</b>	16.274

1) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

## 12.2. Período estimado de realização

A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sobre o controle da Companhia e suas controladas, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços de celulose praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Ano	Consolidado
2020	811.589
2021	1.057.929
2022	813.193
2023	331.782
2024	88.589
2025	531.902
2026 a 2028	666.301
2029 em diante	1.292.141
	<b>5.593.426</b>

### 12.3. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido	(4.100.796)	152.689	(771.231)	96.957
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	1.394.271	(51.914)	262.219	(32.965)
<b>Efeito tributário sobre diferenças permanentes:</b>				
Tributação (diferença) de lucros de controladas no exterior (1)	(24.933)	(97.439)		
Incentivo fiscal - redução SUDENE (2)		261.910		
Resultado de equivalência patrimonial	10.878	2.576	(261.221)	36.519
Tributação em transações com controladas ("Thin capitalisation")	(95.003)	(2.553)		
Crédito Programa Reintegra	4.515	37.627		
Lucro não realizado em operações com controladas		16.786		
Incentivos fiscais aplicáveis ao imposto de renda (3)	18.919	20.505		
Gratificações dos Diretores	(43.913)			
Doações/Multas e Outros	18.468	(28.856)	(133)	(26)
Créditos fiscais não constituídos sobre o prejuízo fiscal e base negativa corrente	-			
	<b>1.283.202</b>	<b>158.642</b>	<b>865</b>	<b>3.528</b>
<b>Imposto de renda</b>				
Corrente	(220.382)	(300.508)		
Diferido	1.093.820	607.295	636	2.594
	<b>873.438</b>	<b>306.787</b>	<b>636</b>	<b>2.594</b>
<b>Contribuição social</b>				
Corrente	(25.832)	(286.158)		
Diferido	435.596	138.013	229	934
	<b>409.764</b>	<b>(148.145)</b>	<b>229</b>	<b>934</b>
Resultado com imposto de renda e contribuição social nos exercícios	<b>1.283.202</b>	<b>158.642</b>	<b>865</b>	<b>3.528</b>
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	<b>31%</b>	<b>(104%)</b>	<b>0,1%</b>	<b>(4%)</b>

- O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se substancialmente à diferença entre as alíquotas nominais do Brasil e subsidiárias no exterior.
- Utilização do benefício de redução de 75% calculado com base no lucro da exploração das unidades de Mucuri/BA e de Imperatriz/MA.
- Valor de dedução do imposto de renda referente a utilização do benefício do PAT ("Programa de Alimentação ao Trabalhador") e de doações realizadas em projetos de caráter cultural e esportivo.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 12.4. Incentivos fiscais

A Suzano, possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") nas regiões de Mucuri (BA) e Imperatriz (MA). O Incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração), e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto. O Incentivo das Linhas 1 e 2 de Mucuri (BA) expiram respectivamente em 2024 e 2027 e da unidade de Imperatriz em 2024.

## 13. Ativos biológicos

A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.548.897
Adição	1.285.490
Exaustão	(709.547)
Perda na atualização do valor justo	(129.187)
Alienação	(47.124)
Outras baixas	(12.624)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>4.935.905</b>
Combinação de negócios com a Fibria <sup>(1)</sup>	4.579.526
Adição	2.849.039
Exaustão	(1.905.118)
Ganho na atualização do valor justo	185.399
Alienação	(23.764)
Outras baixas	(49.488)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>10.571.499</b>

1) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, por conta da complexidade e estrutura do cálculo.

As principais premissas, IMA, taxa de desconto e preço de venda, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade onde aumentos ou reduções nessas premissas geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

Os ativos biológicos da Suzano são compostos principalmente de florestas de eucalipto de reflorestamento, utilizadas para fornecer madeira às unidades fabris de celulose e papel e estão localizadas nos Estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Piauí e Tocantins. As áreas de preservação permanente e reserva legal não foram incluídas na mensuração do valor justo devido sua natureza.

O valor justo das florestas é determinado semestralmente pelo método da renda ("*income approach*") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado.

As premissas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram:

- Ciclo médio de formação florestal de 6 e 7 anos;

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

- ii) Áreas útil plantada de florestas a partir do 3º ano de plantio;
- iii) O Incremento Médio Anual (“IMA”) que consiste no volume estimado de madeira com casca em m3 por hectares, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;
- iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias;
- v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto, foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela Suzano com terceiros independentes e/ou ponderado pelo custo de formação acrescidos do custo de capital mais margem estimada para regiões onde não há referência de mercado disponível; e
- vi) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um participante de mercado independente de comercialização de madeira em pé (florestas).

A tabela abaixo apresenta a mensuração das premissas utilizadas:

	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Área útil plantada (hectare)	988.720
Ativos maduros	86.352
Ativos imaturos	902.368
Incremento médio anual (IMA) - m <sup>3</sup> /hectare/ano	38,34
Preço médio de venda do eucalipto - R\$/m3	66,81
Taxa de desconto - %	8,4%

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

A variação do valor justo dos ativos biológicos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R\$185.399. As mudanças no valor justo dos ativos biológicos foram reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Mudanças físicas	(347.409)
Preço	532.808
	<u>185.399</u>

A Suzano administra os riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área especializada em fisiologia e fitossanidade da Suzano, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

A Suzano não possui ativos biológicos dados em garantia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## 14. Investimentos

### 14.1 Composição dos investimentos

Posição e movimentação dos investimentos em controladas :

	Suzano S.A. (1)	Premesa S.A.	Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	Total
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2019				
Quantidade de ações ou cotas possuídas				
Ações ordinárias	367.612.234	20.970		
Cotas			136.911	
Capital votante / total (2)	27,25%	99,17%	83,33%	
b) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2019				
Ativo	97.908.225	7.717	513	
Passivo	79.820.256	578	439	
Patrimônio líquido	17.972.630	7.139	74	
Capital social	9.235.546	5.300	900	
Resultado do período	(2.817.518)	(198)	(908)	
c) Investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.902.261	7.385	684	3.910.330
Equivalência patrimonial	108.967	(109)	(1.449)	107.409
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	30.854			30.854
Perda na variação de participação (4)	(3.892)			(3.892)
Dividendos propostos a receber (5)	(1.164)			(1.164)
Ajuste dos dividendos de 2017	116			116
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<b>4.037.142</b>	<b>7.276</b>	<b>(765)</b>	<b>4.043.653</b>
Equivalência patrimonial	<b>(767.342)</b>	<b>(197)</b>	<b>(757)</b>	<b>(768.296)</b>
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	<b>(12.928)</b>			<b>(12.928)</b>
Ganho na variação de participação em controlada (6)	<b>1.802.307</b>			<b>1.802.307</b>
Ajuste dos dividendos de 2018	<b>221</b>			<b>221</b>
Dividendos recebidos (5)	<b>(162.532)</b>			<b>(162.532)</b>
Aquisição	<b>2</b>			<b>2</b>
Aumento de capital			<b>1.583</b>	<b>1.583</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<b>4.896.870</b>	<b>7.079</b>	<b>61</b>	<b>4.904.010</b>

(1) Última cotação em bolsa por ação ordinária – R\$ 39,68 em 31 de dezembro de 2019, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R\$ 14.586.857;

(2) Em 28 de setembro de 2017 David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Suzano Holding S.A. celebraram Acordo de Voto para regular, dentre outras avenças, o exercício do direito de voto relacionado às ações de emissão da Suzano de sua titularidade e vinculadas ao referido Acordo de Voto, as quais representavam, em conjunto, naquela data, 50,035% do capital social da Suzano, nos termos previsto no Acordo de Voto.

Conforme descrito na "Nota 1.2.1" a contraprestação paga para a aquisição do controle da Fibria se deu parte em dinheiro e parte em ações da Suzano. Com a emissão de novas ações da Suzano em favor dos então acionistas da Fibria, houve diluição da participação da Companhia na Suzano, fazendo com que ela caísse para abaixo de 50%, mesmo considerando o Acordo de Voto descrito no parágrafo acima. Essa situação requer que a administração avalie se o controle é mantido, especialmente quando perdendo a condição de acionista majoritário. A administração avaliou os fatos e circunstâncias mais relevantes, quantitativa e qualitativamente, incluindo a dispersão acionária, e concluiu, apoiada em opinião de assessores externos, pela existência do de

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

facto control i.e. a Companhia tem a habilidade prática de controlar a Suzano. Por consequência, concluiu pela manutenção da consolidação da Suzano, mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria.

- (3) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela controlada;
- (4) Perda na variação de participação, substancialmente decorrente da movimentação de ações em tesouraria na Suzano;
- (5) Dividendos classificados no fluxo de caixa como atividade de investimentos;
- (6) Ganho na variação de participação, decorrente do aumento de capital na Suzano com emissão de ações ordinárias, conforme "Nota 1.2.1".

#### **14.2. Combinação de negócios da Suzano com a Fibria**

Para determinação dos critérios contábeis de registro das transações com a Fibria, foram observados os dispostos no CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de Negócios e o ICPC 09 (R2) – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas.

Os custos diretos relacionados à operação, foram registrados nas rubricas de despesas gerais e administrativas, e totalizaram aproximadamente R\$100.387, substancialmente composto por despesas com honorários advocatícios, auditoria e outros serviços de consultoria.

Os ativos líquidos foram avaliados pela Administração e avaliadores independentes foram contratados para auxiliar na determinação dos seus valores justos. A metodologia adotada para a determinação da mais valia, está descrita na nota 1.2.1.

Os ativos e passivos foram avaliados pelos profissionais independentes para fins de atribuição de valor justo e alguns se qualificaram para registro de acordo com os critérios do CPC 04 (R1) / IAS 38 – Ativo Intangível.

Conforme divulgado na nota 1.2.1, em 3 de janeiro de 2019, a Suzano adquiriu o controle da Fibria.



**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Os ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo estão apresentados abaixo em milhões de reais:

<b>Ativo</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Circulante</b>		<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalentes	1.795	Empréstimos e financiamentos	3.136
Aplicações financeiras	4.316	Instrumentos financeiros derivativos	276
Instrumentos financeiros derivativos	211	Passivos de arrendamento	376
Contas a receber de clientes	1.302	Contas a pagar fornecedores	3.427
Estoques	6.187	Salários e encargos sociais	402
Impostos a recuperar	261	Impostos e taxas a recolher	129
Outros ativos	213	Dividendos a pagar	6
		Outros passivos	126
<b>Total ativo circulante</b>	<b>14.285</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>7.878</b>
<b>Não circulante</b>		<b>Não circulante</b>	
Aplicações financeiras	173	Empréstimos e financiamentos	17.591
Instrumentos financeiros derivativos	455	Passivos de arrendamento	2.599
Impostos a recuperar	988	Instrumentos financeiros derivativos	126
Adiantamento a fornecedores	604	Provisão para contingências, líquida	3.182
Depósitos judiciais	210	Impostos diferidos - passivos	558
Impostos diferidos	1.567	Outros passivos	251
Outros ativos	227	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>24.307</b>
	<b>4.224</b>		
Investimentos	200	<b>Total do passivo</b>	<b>32.185</b>
Ativos biológicos	4.580		
Ativo imobilizado	24.961		
Direito de uso	2.916		
Ativo Intangível			
Demais intangíveis	309		
Carteira de clientes	9.031		
Software	21		
Cultivares	143		
Contratos de fornecedores	172		
Concessão	749	<b>Patrimônio líquido</b>	
Mais-valia de contratos de arrendamentos mercantis	44		
Ágio alocado na adquirente	7.897	Patrimônio líquido de controladores	37.236
	<b>51.023</b>	Participação de não controladores	111
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>55.247</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>37.347</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>69.532</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>69.532</b>

Durante o processo de mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo, a Suzano identificou ajustes a valor justo de alguns ativos e passivos, conforme descrito abaixo, entretanto não houve nenhum ajuste no ágio.

- (i) aumento em direito de uso e passivo de arrendamento no valor de R\$72 milhões;
- (ii) reclassificação de outros passivos para passivo de arrendamento no valor de R\$142 milhões; e
- (iii) reclassificação de ativo imobilizado para ativo de direito de uso, no valor de R\$83 milhões.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 15. Imobilizado – consolidado

	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros (¹)	Total
Taxa de depreciação média anual %		3	5		10 à 20	
<b>Custo</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.348.601	2.815.706	15.846.331	483.735	291.104	23.785.477
Adições	705	2.319	143.058	1.323.122	26.220	1.495.424
Aquisição Facepa	7.446	18.505	46.165	3.395	1.920	77.431
Aquisição PCH	4.291	102.176	3.831	2	26	110.326
Baixas	(34.523)	(8.654)	(67.280)		(3.685)	(114.142)
Mais/menos valia Facepa	27.381	(3.014)	27.506	(4.880)	2.821	49.814
Transferências e outros (²)	750.824	131.515	441.420	(1.339.218)	14.199	(1.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.104.733	3.058.586	16.441.031	466.156	333.119	25.403.070
Adições	337.932	1.943	136.855	1.477.420	47.814	2.001.964
Baixas	(92.705)	(36.276)	(172.458)	(1.462)	(34.858)	(337.759)
Combinação de negócios com a Fibria (³)	2.151.338	3.918.552	20.255.811	425.868	454.759	27.206.328
Mais/menos valia Fibria	2.637.671	1.502.021	5.109.939		195.684	9.445.315
Mais/menos valia Facepa			3.072	(883)	(111)	2.078
Mais/menos valia Ibema			5.448			5.448
Transferências e outros (²)	182.621	323.029	740.879	(1.397.398)	(61.761)	(212.630)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.321.590	8.767.855	42.520.577	969.701	934.646	63.513.814
<b>Depreciação</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(829.854)	(6.545.959)		(197.994)	(7.573.807)
Adições		(78.264)	(760.634)		(29.925)	(868.823)
Baixas		1.462	60.506		2.247	64.215
Mais/menos valia Facepa			(3.447)		(731)	(4.178)
Transferências e outros (²)		7	1.391		(1.398)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(906.682)	(7.248.143)		(227.801)	(8.382.593)
Adições		(255.888)	(2.123.193)		(91.214)	(2.470.295)
Baixas		26.886	115.732		13.944	156.562
Combinação de negócios com a Fibria (³)		(1.804.967)	(9.552.825)		(249.087)	(11.606.879)
Mais/menos valia Fibria		(63.495)	(543.468)		(17.364)	(624.327)
Mais/menos valia Facepa		(5.742)	(6.481)		(95)	(12.318)
Mais/menos valia Ibema			(593)			(593)
Transferências e outros (²)		29.906	508.585		9.547	548.038
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(2.979.982)	(18.850.386)		(562.070)	(22.392.405)
<b>Valor residual</b>						
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.104.733	2.151.904	9.192.888	466.156	105.318	17.020.477
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.321.590	5.787.873	23.670.191	969.701	372.576	41.121.409

- 1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.
- 2) Contempla a transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível, direito de uso e estoques.
- 3) Combinação de negócios da Suzano com a Fibria e suas controladas realizada em 3 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

A análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado foi efetuada em 2019 e não foram identificados ajustes para refletir redução do valor recuperável (*impairment*).

### 15.1. Bens oferecidos em garantia

Em 31 de dezembro de 2019, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, composto substancialmente pelas unidades de Aracruz, Imperatriz, Limeira, Mucuri, Suzano e Três Lagoas totalizava R\$24.985.741 (R\$11.505.386 composto substancialmente pelas unidades de Imperatriz, Limeira, Mucuri e Suzano em 31 de dezembro de 2018).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 15.2. Custos capitalizados

O montante dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$4.213 no consolidado (no consolidado em 31 de dezembro de 2018). A taxa média ponderada utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi 9,50% a.a. no consolidado (6,55% a.a. no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

## 16. Intangível

### 16.1. Ativos intangíveis com vida útil indefinida

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
Vale Florestar	<b>45.435</b>	45.435
Paineiras Logística <sup>(1)</sup>		10
PCHM <sup>(1)</sup>		307
FACEPA	<b>119.332</b>	112.582
Fibria <sup>(2)</sup>	<b>7.897.051</b>	
Outros <sup>(3)</sup>	<b>1.196</b>	1.196
	<b>8.063.014</b>	159.530

1) Em 31 de dezembro de 2019, a Suzano testou os ágios por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) oriundos das combinações de negócios com a PCH Mucuri e Paineiras Logística e constatou que houve uma redução ao valor recuperável (impairment) no valor total de R\$317 reconhecido em outros resultados operacionais.

2) Alocação do preço de compra está divulgado na nota 1.2.2.

3) O valor de R\$1.196 no consolidado, referem-se a outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, tais como servidão de passagem de estrada e energia elétrica, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura alocado foi alocado às unidades geradoras de caixa estão divulgados na nota 29.4

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado. Em 2019, foram utilizados como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Suzano com projeções de crescimento até o ano de 2024 e perpetuidade média da unidade geradora de caixa considerando uma taxa nominal 3,6% a.a. a partir desta data, baseados no histórico dos últimos anos, bem como as projeções econômico-financeiras de cada mercado em que a Suzano atua, além de informações oficiais de instituições independentes e governamentais.

A taxa de desconto nominal utilizada pela Administração para a elaboração do fluxo de caixa descontado foi de 9,1% a.a., sendo calculada com base no custo médio ponderado de capital (*“Weighted Average Cost of Capital – WACC”*). As premissas apresentadas na tabela abaixo também foram adotadas:

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
Preço líquido médio da celulose –					
Mercado externo (USD/t)					
Ásia	502,30	670,00	767,00	577,00	588,60
Europa	506,70	603,00	691,80	553,90	565,00
América do Norte	559,40	638,90	733,00	586,80	598,60
América Latina	545,50	660,40	757,60	606,60	618,70
Preço líquido médio da celulose –					
Mercado interno (USD/t)	439,50	631,00	723,90	579,60	600,10
Taxa de câmbio médio (R\$/U.S.\$)	3,94	3,92	3,96	4,02	4,08
Taxa de desconto (depois dos					
impostos)	9,1% a.a.	9,1% a.a.	9,1% a.a.	9,1% a.a.	9,1% a.a.
Taxa de desconto (antes dos					
impostos)	12,5% a.a.	12,5% a.a.	12,5% a.a.	12,5% a.a.	12,5% a.a.

Com base nas análises da Administração, efetuadas em 2019, não foram identificados ajustes para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (*impairment*).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## Ativos intangíveis com vida útil definida

		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>No início do exercício</b>		<b>180.311</b>	<b>141.785</b>
Combinação de negócios com a Fibria <sup>(1)</sup>		308.681	
Adições		17.715	7.983
Mais valia Facepa			53.477
Mais valia Ibema		702	
Amortização		(74.332)	(44.340)
Ajuste a valor justo da combinação de negócios com a Fibria		10.159.550	
Relacionamento com clientes		9.030.779	
Contratos de fornecedores		172.094	
Contratos serviços portuários		694.590	
Concessão portos		54.470	
Contratos arrendamentos		44.371	
Cultivares		142.744	
Software		20.502	
Ajuste a valor justo da combinação de negócios com a Fibria – Amortização		(956.577)	
Relacionamento de clientes		(820.980)	
Contratos de fornecedores		(72.097)	
Contratos serviços portuários		(29.362)	
Concessão de portos		(2.147)	
Contratos arrendamentos		(7.499)	
Cultivares		(20.392)	
Software		(4.100)	
Amortização da mais valia - Facepa		(15.430)	
Amortização da mais valia - Ibema		(24)	
Variação cambial		2.930	12.461
Transferências e outros		26.263	8.945
<b>No final do exercício</b>		<b>9.649.789</b>	<b>180.311</b>
		<b>Taxa média anual de amortização</b>	
<b>Representados por</b>			
Marcas e patentes	5 a 10	20.649	19.477
Softwares	20	119.265	59.112
Relacionamento com clientes	2,5 a 5	7.393	19.004
Acordo de não competição	5	2.150	2.812
Acordo de pesquisa e desenvolvimento	19	74.643	79.906
Desenvolvimento e implantação de sistemas	20	1.687	
Direito de exploração – Concessão terminal de Macuco	4	166.932	
Relacionamento com fornecedor - Produtos químicos	5	51.562	
Outros		1.857	
Intangíveis adquiridos na combinação de negócios com a Ibema		678	
Intangíveis adquiridos na combinação de negócios com a Fibria		9.202.973	
Carteira de clientes	9	8.209.799	
Contratos de fornecedores	13 a 100	99.997	
Contratos serviços portuários	4	665.228	
Concessão de portos	4	52.324	
Contratos arrendamentos	17	36.871	
Cultivares	14	122.352	
Software	20	16.402	
		<b>9.649.789</b>	<b>180.311</b>

1) Combinação de negócios da Suzano com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivare são registradas no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 17. Fornecedores – consolidado

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Em moeda nacional</b>		
Partes relacionadas (empresas do Grupo Suzano)	2.478	1.804
Terceiros	1.288.774	558.041
<b>Em moeda estrangeira</b>		
Terceiros <sup>(1)</sup>	1.085.207	72.720
	<b>2.376.459</b>	<b>632.565</b>

- 1) A Suzano possuía um contrato de fornecimento (*take or pay*) com a empresa Klabin S.A., em condições diferenciadas em termos de volume, exclusividade, garantias e prazos de pagamento em até 360 dias, sendo que os preços foram praticados em condições de mercado, conforme estabelecido contratualmente. Seguindo as exigências impostas pela autoridade concorrencial da União Europeia, o contrato com a Klabin teve seu término antecipado para o mês de julho de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$936.887 no consolidado refere-se às compras de celulose da Klabin.

## 18. Empréstimos, financiamentos e debêntures – consolidado

### 18.1. Abertura por modalidade

Modalidade	Indexador	Encargos anuais médios - %	Consolidado					
			Circulante			Não circulante		
			31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Em moeda estrangeira</b>								
BNDES	UMBDES	6,6	26.307	21.577	27.620	139.940	53.927	161.517
Bonds	Fixo	5,7	640.177	216.624	27.375.673	11.189.403	28.015.850	11.406.027
Empréstimo sindicalizado	Libor	2,7	29.268	37.546	12.269.251	11.787.588	12.298.519	11.825.134
Finnvera / EKN	Libor			236.385		560.689		797.074
Arrendamento mercantil	US\$			5.608		12.617		18.225
Créditos de exportação ("Pré-pagamento / ACC")	Libor/Fixo	4,1	1.965.600	1.896.717	3.162.227	274.673	5.127.827	2.171.390
Outros			3.481				3.481	
			<b>2.664.833</b>	<b>2.414.457</b>	<b>42.834.771</b>	<b>23.964.910</b>	<b>45.499.604</b>	<b>26.379.367</b>
<b>Em moeda nacional</b>								
BNDES	TJLP	7,8	283.658	28.867	1.517.649	183.269	1.801.307	212.136
BNDES	TLP	9,2	18.404		441.233		459.637	
BNDES	Fixo	5,2	39.325	26.119	77.333	95.034	116.658	121.153
BNDES	SELIC	5,9	78.458		718.017		796.475	
FINAME	Fixo	6,6	4.781	970	9.564	2.010	14.345	2.980
BNB	Fixo	6,7	37.815	25.038	156.904	191.976	194.719	217.014
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	CDI/IPCA	5,9	2.860.938	789.892	2.952.451	1.588.986	5.813.389	2.378.878
NCE ("Nota de crédito à exportação")	CDI	6,2	131.914	93.001	1.270.065	1.327.378	1.401.979	1.420.379
Cédula de produtor rural	CDI	7,6	5.840	6.809	273.303	273.029	279.143	279.838
Créditos de exportação ("Pré-pagamento")	Fixo	6,2	77.694		1.312.586		1.390.280	
FDO ("Fundo Centro-Oeste"), FDCO ("Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste") e FINEP								
("Financiadora de Estudos e Projetos")	Fixo	8	76.596	7.725	475.905	5.135	552.501	12.860
Outros (Custos <i>Revolving</i> , Capital de giro e FDI)	Fixo	0,4	954	10.467	4.559	16.930	5.513	27.397
Fundo de direitos creditórios (FIDC)	Fixo			22.054				22.054
Mais valia – combinação de negócios com a Fibria			(63.256)				(63.256)	
Debêntures	CDI	6,7	9.997	1.297	5.412.035	4.662.156	5.422.032	4.663.453
			<b>3.563.118</b>	<b>1.012.239</b>	<b>14.621.604</b>	<b>8.345.903</b>	<b>18.184.722</b>	<b>9.358.142</b>
			<b>6.227.951</b>	<b>3.426.696</b>	<b>57.456.375</b>	<b>32.310.813</b>	<b>63.684.326</b>	<b>35.737.509</b>
Juros sobre financiamento			886.886	345.988	136.799		1.023.685	345.988
Financiamentos captados a longo prazo			5.341.065	3.080.708	57.319.576	32.310.813	62.660.641	35.391.521
			<b>6.227.951</b>	<b>3.426.696</b>	<b>57.456.375</b>	<b>32.310.813</b>	<b>63.684.326</b>	<b>35.737.509</b>

## 18.2. Movimentação dos empréstimos e financiamentos e debêntures

- 1) Combinação de negócios da uzano com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.
- 2) Em 01 de janeiro de 2019, o saldo do arrendamento mercantil foi reclassificado para a rubrica contas a pagar de arrendamento, decorrente da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 pela Suzano.

	Consolidado							
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
<b>Em moeda estrangeira</b>								
BNDES - cesta de moedas	9.175	10.061	8.384					27.620
Bonds	762.320			2.402.437	2.379.661	2.812.354	19.018.901	27.375.673
Empréstimo Sindicalizado	1.343.567	3.197.689	7.727.996					12.269.252
Créditos de exportação ("Pré-pagamento / ACC")	136.320	13.143		2.015.350	997.414			3.162.227
	<b>2.251.382</b>	<b>3.220.893</b>	<b>7.736.380</b>	<b>4.417.787</b>	<b>3.377.075</b>	<b>2.812.354</b>	<b>19.018.901</b>	<b>42.834.772</b>
<b>Em moeda nacional</b>								
BNDES – TJLP	269.593	265.467	266.362	239.883	292.573	169.102	14.668	1.517.648
BNDES – TLP	18.866	18.866	18.866	18.866	17.617	20.120	328.032	441.233
BNDES – Fixo	28.959	24.567	18.601	5.206				77.333
BNDES – Selic	76.117	73.304	96.312	88.347	210.392	173.545		718.017
FINAME	3.829	2.786	1.656	1.197	96			9.564
BNB	35.285	33.201	35.285	33.001	10.285	9.847		156.904
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")		1.512.680	1.439.771					2.952.451
NCE ("Nota de crédito à exportação")					640.800	629.265		1.270.065
Crédito de produtor rural					137.500	135.803		273.303
Créditos de exportação				1.312.586				1.312.586
FCO, FDCO e FINEP	67.986	67.986	67.986	67.989	67.986	67.986	67.986	475.905
Outros (Custos Revolving, Capital de Giro, FIDC e FDI)	4.559							4.559
Debêntures					2.340.550	2.324.307	747.178	5.412.035
	<b>505.194</b>	<b>1.998.857</b>	<b>1.944.839</b>	<b>1.767.075</b>	<b>3.717.799</b>	<b>3.529.975</b>	<b>1.157.864</b>	<b>14.621.603</b>
	<b>2.756.576</b>	<b>5.219.750</b>	<b>9.681.219</b>	<b>6.184.862</b>	<b>7.094.874</b>	<b>6.342.329</b>	<b>20.176.765</b>	<b>57.456.375</b>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 18.4. Abertura por moeda

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
Real	17.362.903	9.358.142
Dólar dos Estados Unidos	45.460.138	26.217.850
Selic <sup>(1)</sup>	807.358	
Cesta de moedas	53.927	161.517
	<b>63.684.326</b>	<b>35.737.509</b>

1) Definição contratual de moeda nos contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") que estão em Reais acrescidos do juro SELIC.

#### 18.5. Custos de captação

O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

Natureza	Custo	Amortização	<b>Consolidado</b>	
			<b>Saldo à amortizar</b>	
			<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
Bonds	343.642	129.297	201.467	67.189
CRA e NCE	125.222	73.508	47.443	20.195
Importação ("ECA")	101.811	101.811		16.235
Empréstimo Sindicalizado	72.774	33.209	40.382	30.552
Debêntures	21.592	4.674	19.065	18.944
BNDES ("IOF") <sup>(1)</sup>	53.730	13.702	38.447	
Outros	18.147	8.381	4.590	3.188
	<b>736.918</b>	<b>364.582</b>	<b>351.394</b>	<b>156.303</b>

1) Imposto sobre operações financeiras.

#### 18.6. Operações relevantes liquidadas no período

##### 18.6.1. Liquidação antecipada de CRAs

Em 3 de janeiro de 2019, a Suzano liquidou antecipadamente, o montante de R\$878.573 de duas séries de CRAs, com vencimentos originais em 2021 e 2023 e custo de 99% do CDI e IPCA + 4,5055% a.a. Essa liquidação, referem-se às duas das nove séries que não foram obtidas anuências prévias dos titulares dos Certificados para a combinação de negócios entre as empresas.

##### 18.6.2. BNDES

Em 15 de março de 2019, a Suzano realizou a liquidação antecipada de R\$299.682 junto ao BNDES, compreendendo parcela a ser amortizada do saldo da dívida em aberto acrescida da correspondente remuneração até a data de pagamento.



**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **18.6.3. Pré-pagamento de exportação (“PPE”)**

Em 17 de junho de 2019, a Suzano, por meio de sua controlada Suzano International Trade GmbH (antiga Fibria International Trade GmbH), liquidou antecipadamente o contrato de pré-pagamento de exportação de US\$700.000, no montante total de US\$631.138 (equivalente a R\$2.454.443), com vencimento original em dezembro de 2022 e taxa de juros trimestrais de 1,15% a.a. acrescida da LIBOR trimestral.

Em 18 de junho de 2019, a Suzano, por meio de sua controlada Suzano International Trade GmbH (antiga Fibria International Trade GmbH), liquidou antecipadamente o contrato de pré-pagamento de exportação de US\$170.000, no montante total de US\$156.032 (equivalente a R\$602.410), com vencimento original em outubro de 2022 e taxa de juros trimestrais de 1,15% a.a. acrescida da LIBOR trimestral.

### **18.6.4. Finnvera**

Em 29 e 30 de abril de 2019, a Suzano liquidou antecipadamente o montante de US\$208.400 (equivalente a R\$822.200) relacionados a determinados contratos de financiamento que foram garantidos pela Finnvera e EKN (“Agência de crédito à exportação”).

Em 17 de junho de 2019, a Suzano liquidou antecipadamente, o montante de US\$378.471 (equivalente a R\$1.473.114), relacionados a determinados contratos de financiamento que foram garantidos pela Finnvera (Agência de crédito de exportação), inicialmente contratados em maio de 2016, com vencimento em 2025.

### **18.6.5. Debêntures**

Em 27 de março de 2019, a Suzano, realizou a amortização extraordinária facultativa parcial sobre o saldo do valor nominal unitário da totalidade das debêntures da 7ª emissão, mediante o pagamento do valor total de R\$2.056.173, compreendendo parcela a ser amortizada do saldo do valor nominal unitário da totalidade das debêntures acrescida da correspondente remuneração.

Em 31 de maio de 2019, a Suzano efetuou o resgate facultativo antecipado integral das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, da 7ª emissão e com vencimento em 7 de janeiro de 2020, mediante o pagamento do valor total remanescente de R\$2.019.587, compreendendo o saldo total do valor nominal unitário da totalidade das debêntures dessa emissão acrescida da correspondente remuneração.

## **18.7. Operações relevantes contratadas no período**

### **18.7.1. Senior Notes (“Notes 2029”)**

No dia 29 de janeiro de 2019, a Suzano, por meio de sua subsidiária integral Suzano Áustria GmbH, realizou a reabertura da *Senior Notes* 2029 com a emissão adicional de títulos de dívida, no montante de US\$750.000 (equivalente a R\$2.874.150), com vencimento em janeiro de 2029 e taxas de juros de 5,465% a.a., os quais serão pagos semestralmente. Esta operação é garantida integralmente pela Suzano.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

#### **18.7.2. Contratos de pré-pagamento de exportação (“PPE”)**

Em 25 de fevereiro de 2019, a Suzano celebrou um contrato de pré-pagamento de exportação no montante de R\$738.800, com pagamento de juros anuais de 8,35% a.a. e vencimento em 2024.

Em 14 de junho de 2019, a Suzano, por meio de sua controlada Fibria International Trade GmbH, subsidiária integral da Suzano celebrou um contrato de pré-pagamento de exportação sindicalizado no montante de US\$750.000 (equivalente a R\$2.910.975), com prazo de 6 anos e carência de 5 anos. Esta operação é garantida integralmente pela Suzano.

Em 14 de junho de 2019, a Suzano celebrou um contrato de pré-pagamento de exportação no montante de R\$578.400, com juros anuais de 7,70% a.a. e vencimento em 2024.

#### **18.7.3. Senior Notes (“Notes 2047”)**

No dia 21 de maio de 2019, a Suzano, por meio de sua subsidiária integral Suzano Áustria GmbH, emitiu adicionalmente, no âmbito da Senior Notes 2047 emitida em 05 de setembro de 2018, títulos de dívida no montante de US\$250.000 (equivalente a R\$1.020.250) com *yield* de 6,245% a.a. e cupom de 7,0% a.a., a serem pagos semestralmente, nos meses de março e setembro e com vencimento em 16 de março de 2047. Esta operação é garantida integralmente pela Suzano.

#### **18.7.4. Senior Notes (“Notes 2030”)**

No dia 21 de maio de 2019, a Suzano, por meio de sua subsidiária integral Suzano Áustria GmbH, emitiu títulos de dívida no montante de US\$1.000.000 (equivalente a R\$4.081.000) com *yield* de 5,180% a.a. e cupom de 5,0% a.a., a serem pagos semestralmente, nos meses de janeiro e julho e com vencimento em 15 de janeiro de 2030. Esta operação é garantida integralmente pela Suzano.

#### **18.7.5. BNDES**

Em 17 de maio de 2019, houve liberação de recursos do BNDES para Suzano no montante de R\$108.050, com prazo de liquidação no período de 2020 a 2028 e juros variando entre TLP mais 0,96% a.a. a 1,44% a.a. Os recursos foram destinados a projetos das áreas industrial, social e inovação tecnológica.

Em 17 de dezembro de 2019, houve liberação de recursos do BNDES para Suzano no montante de R\$300.000, com vencimento em 2034 e juros TLP mais 1,77% a.a. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal.

#### **18.7.6. Debêntures**

Em 7 de janeiro de 2019, a Suzano emitiu R\$4.000.000 em debêntures da 7ª emissão, série única, não conversíveis em ações, com vencimento em janeiro de 2020 e com taxas de juros de 103% até 112% do CDI.

Em 17 de outubro de 2019, a Suzano emitiu 750.000 em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor de R\$750.000, com vencimento em 15 de setembro de 2028 e com taxa de remuneração de 100% do CDI mais spread de 1,20% a.a.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### **18.7.7. Adiantamentos sobre contratos de Câmbio (“ACC”), Adiantamentos sobre cambiais entregues (“ACE”) e Pré-pagamento de exportação (“PPE”)**

Entre 21 de outubro e 3 de dezembro de 2019, a Suzano celebrou 10 contratos de ACCs, ACEs e PPEs no montante de total US\$450.000 (equivalente a R\$1.868.743), com prazo de até 1 ano. Estas operações garantidas integralmente pela Suzano.

#### **18.7.8. *Revolving Credit Facility***

Em 20 de fevereiro de 2019, a Suzano, por meio de suas subsidiárias integrais Suzano Áustria GmbH e Suzano Pulp and Paper Europe S.A., celebrou um contrato de *Revolving Credit Facility* sindicalizado no montante de US\$500.000 (equivalente a R\$1.855.000), com prazo de 5 anos. Esta operação é garantida integralmente pela Suzano.

### **18.8. Garantias**

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados são indicados pela Suzano, conforme divulgado na nota 15.1.

A Suzano não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras (covenants financeiros) a serem cumpridos.

## **19. Arrendamento mercantil**

### **19.1. Ativo de direito de uso**

Conforme descrito na nota 3.1.1, a Companhia e suas controladas adotaram o CPC 06(R2) / IFRS 16 e aplicou a norma de forma retrospectiva e com o efeito cumulativo da adoção registrado na data da aplicação inicial. Consequentemente, os períodos comparativos não foram reapresentados.

Em 01 de janeiro de 2019, foram contabilizados os valores correspondentes ao direito de uso dos contratos vigentes, em montantes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes. A amortização desses saldos se dará conforme os prazos definidos para os arrendamentos. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes.

A Companhia e suas controladas não possuem registrados contratos de arrendamento com cláusulas de (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados (ii) garantia de valor residual (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros.

Adicionalmente, foi reconhecido nesta rubrica o valor residual do direito de uso dos contratos já classificados anteriormente como arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 / IAS 17 e que eram reconhecidos na rubrica o ativo imobilizado até 31 de dezembro de 2018, sendo reclassificado o montante de R\$89.338 na adoção inicial.

O efeito da adoção para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é apresentado abaixo:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado					Controladora
	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2018						
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	1.762.943	143.685	44.105	1.408.640	1.012	3.360.385
Adições	260.982	1.529	39.794	612.022		914.327
Amortizações (1)	(254.280)	(15.163)	(35.943)	(116.207)	(925)	(422.518)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.769.645</b>	<b>130.051</b>	<b>47.956</b>	<b>1.904.455</b>	<b>87</b>	<b>3.852.194</b>

1) O montante de R\$268.081 é reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Suzano está comprometida com contrato de arrendamento ainda não iniciado, relativo a navio com expectativa de entrega de 1 (“uma”) unidade para o primeiro trimestre de 2020.

## 19.2. Contas a pagar de arrendamento

Na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Suzano reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Suzano, conforme descrito na nota 3.1.1.

Os passivos reconhecidos em 01 de janeiro de 2019 correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção.

Adicionalmente, a Suzano reconheceu nessa rubrica os saldos remanescentes dos contratos já classificados anteriormente como arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 / IAS 17 e que eram reconhecidos no grupo de empréstimos e financiamentos até 31 de dezembro de 2018, sendo reclassificado o montante de R\$18.225 na adoção inicial, conforme apresentado a seguir.

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto - % a.a. (1)	Vencimento final (2)	Consolidado
			Valor presente do passivo
Terras e terrenos	10,89	novembro de 2046	1.761.273
Máquinas e equipamentos	10,15	julho de 2032	214.569
Imóveis	10,92	abril de 2027	41.391
Navios e embarcações	10,76	fevereiro de 2039	1.410.474
Veículos	8,99	abril de 2020	1.190
			<b>3.428.897</b>

1) Para determinação das taxas de desconto, foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento.

2) Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Abaixo a movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	3.431.265	2.368
Adições	914.423	96
Pagamentos	(646.783)	(296)
Apropriação de encargos financeiros <sup>(1)</sup>	275.480	76
Variação cambial	11.929	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.986.314</b>	<b>2.244</b>
<b>Circulante</b>	<b>657.368</b>	<b>524</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.328.946</b>	<b>1.720</b>

1) Os montantes de R\$50.795 no consolidado, são reclassificados para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente relativos ao passivo de arrendamento está divulgado na nota 4.2.

### **19.2.1. Taxa de desconto**

As taxas de desconto utilizadas para os novos contratos de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são similares às utilizadas na adoção do IFRS 16.

### **19.2.2. Valores reconhecidos no resultado do período**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram reconhecidos os valores:

	<b>Consolidado</b>
Despesas relativas a ativos de curto prazo	37.007
Despesas relativas a ativos de baixo valor	14.349
	<b>51.356</b>

### **19.2.3. Conciliação dos compromissos de arrendamento operacional**

	<b>Consolidado</b>
Compromissos de arrendamentos operacionais divulgados em 31 de dezembro de 2018	<b>1.448.241</b>
Combinação de negócios com a Fibria	<b>2.974.729</b>
Descontados por meio da taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial	<b>(1.011.726)</b>
Reclassificação de empréstimos e financiamentos <sup>(1)</sup>	<b>18.225</b>
Contratos reavaliados como acordos de serviços	<b>(572)</b>
	<b>3.428.897</b>

1) A partir de 1º de janeiro de 2019, o saldo do arrendamento mercantil foi reclassificado da rubrica de empréstimos e financiamentos, decorrente da adoção do IFRS 16 pela Companhia, nota 19.2.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 19.2.4. Ofício Circular CVM

Em 18 de dezembro de 2019, a CVM emitiu um ofício circular (“Ofício/Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019”) contendo orientações sobre aspectos relevantes do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a serem observados na preparação das demonstrações financeiras das companhias arrendatárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

De acordo com a CVM, as demonstrações financeiras intermediárias de 2019 das companhias listadas apresentaram diferenças com relação à aplicação do IFRS 16. Portanto, a CVM emitiu orientações que devem ser seguidas pelas companhias listadas.

Duas das questões abordadas nas orientações referem-se a (i) a alteração da taxa de empréstimo incremental de real para a taxa nominal e (ii) a inclusão de impostos sobre vendas (PIS e COFINS) no cálculo dos passivos de arrendamento mercantil, que impactaram a mensuração do passivo de arrendamento mercantil, direito de uso, amortização e despesa de juros.

A aplicação desta nova orientação contábil representa uma nova política contábil.

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia e suas controladas apresentam os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	31 de dezembro de 2019				
	Consolidado				
	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
<b>Passivo de arrendamento</b>					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	655.897	525.328	447.276	2.357.814	3.986.314
Fluxo com projeção de inflação	653.550	545.723	483.802	3.102.438	4.785.513
Variação	-0,36%	3,88%	8,17%	31,58%	20,05%
<b>Direito de uso líquido</b>					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	633.933	507.652	432.158	2.278.450	3.852.194
Fluxo com projeção de inflação	635.769	530.786	470.486	3.017.485	4.654.526
Variação	0,29%	4,56%	8,87%	32,44%	20,83%
<b>Despesa financeira</b>					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	514.525	411.877	350.519	1.849.542	3.126.463
Fluxo com projeção de inflação	317.896	265.304	235.093	1.509.013	2.327.306
Variação	-38,22%	-35,59%	-32,93%	-18,41%	-25,56%
<b>Despesa de depreciação</b>					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	375.685	385.057	385.057	1.805.207	2.951.006
Fluxo com projeção de inflação	424.006	435.619	435.633	2.209.599	3.504.857
Variação	12,93%	13,20%	13,20%	22,41%	18,80%

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2019	
	Consolidado	
Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação a pagar	7.112.778	3.986.314
PIS/COFINS potencial (9,25%) <sup>(1)</sup>	264.876	141.349
	<b>7.377.654</b>	<b>4.127.663</b>

<sup>(1)</sup> Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

## 20. Provisão para passivos judiciais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, previdenciários, trabalhistas e cíveis.

A Companhia e suas controladas classificam o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, líquidas dos depósitos judiciais, conforme determinado pela Administração da Companhia e de suas controladas, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados.

A Administração da Companhia e de suas controladas acreditam que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos tributários, cíveis, comerciais e outros, bem como para riscos trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25 / IAS 37, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

### 20.1. Processos com risco de perda provável

O saldo da provisão de acordo com os processos é apresentado líquido dos depósitos judiciais conforme abaixo:

Natureza dos processos	Consolidado				Controladora	
			31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
	Depósitos judiciais	Provisão	Provisão líquida	Provisão líquida	Provisão	Provisão
Tributários	(124.133)	3.210.109	3.085.976	330.475	33.606	33.606
Trabalhistas	(50.464)	227.139	176.675	50.869		
Cíveis	273	283.159	283.432	3.532		
	<b>(174.324)</b>	<b>3.720.407</b>	<b>3.546.083</b>	<b>384.876</b>	<b>33.606</b>	<b>33.606</b>

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

A movimentação da provisão de acordo com a natureza dos processos é apresentada abaixo:

<b>Consolidado</b>				
<b>31 de dezembro de 2019</b>				
	<b>Tributários</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>330.475</b>	<b>50.869</b>	<b>3.532</b>	<b>384.876</b>
Combinação de negócio com a Fibria (1)	<b>139.462</b>	<b>185.157</b>	<b>64.974</b>	<b>389.593</b>
Pagamento	<b>(34)</b>	<b>(34.794)</b>	<b>(5.532)</b>	<b>(40.360)</b>
Reversão	<b>(3.875)</b>	<b>(55.730)</b>	<b>(13.434)</b>	<b>(73.039)</b>
Adição	<b>46.603</b>	<b>50.521</b>	<b>10.100</b>	<b>107.224</b>
Atualização monetária	<b>13.387</b>	<b>31.116</b>	<b>5.258</b>	<b>49.761</b>
Menos valia - Combinação de negócios com a Fibria	<b>2.684.090</b>		<b>218.262</b>	<b>2.902.352</b>
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>3.210.108</b>	<b>227.139</b>	<b>283.160</b>	<b>3.720.407</b>

<b>Consolidado</b>				
<b>31 de dezembro de 2018</b>				
	<b>Tributários</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>306.930</b>	<b>40.363</b>	<b>3.382</b>	<b>350.675</b>
Combinação de negócios com a Facepa		<b>1.900</b>		<b>1.900</b>
Pagamento	<b>(18.351)</b>	<b>(22.580)</b>	<b>(81)</b>	<b>(41.012)</b>
Reversão	<b>(13.605)</b>	<b>(5.011)</b>	<b>(394)</b>	<b>(19.010)</b>
Adição	<b>49.754</b>	<b>28.716</b>	<b>150</b>	<b>78.620</b>
Atualização monetária	<b>5.747</b>	<b>7.481</b>	<b>475</b>	<b>13.703</b>
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>330.475</b>	<b>50.869</b>	<b>3.532</b>	<b>384.876</b>

1) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

### **20.1.1. Tributários e previdenciários**

Em 31 de dezembro de 2019, a Suzano figura no polo passivo em 43 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL, Programas de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, , Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto Sobre Serviço ("ISS"), entre outros, cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pela assessoria jurídica externa da Suzano e pela Administração.

### **20.1.2. Trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2019, a Suzano figura no polo passivo em 1.236 processos de natureza trabalhista.

Em geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Suzano.



(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### 20.1.3. Cíveis e ambientais

Em 31 de dezembro de 2019, a Suzano figura no polo passivo em 24 processos cíveis e ambientais.

Os processos cíveis provisionados estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, obrigações de restauração ambiental, dentre outras.

### 20.2. Processos com risco de perda possível

A Suzano possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
Tributários e previdenciários <sup>(1)</sup>	<b>7.511.872</b>	1.077.761
Trabalhistas	<b>280.084</b>	85.309
Cíveis <sup>(1)</sup>	<b>2.995.576</b>	43.271
	<b>10.787.532</b>	1.206.341

1) Valores líquidos do saldo de menos valia alocado às contingências possíveis, conforme mencionado acima.

#### 20.2.1. Tributários e previdenciários

A Suzano configura no polo passivo em 834 processos tributários cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total de R\$7.518.909, para os quais não há provisão registrada.

Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto Sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias.

Apresentam-se abaixo as contingências mais relevantes referentes às seguintes matérias:

- (i) Auto de infração - IRPJ/CSLL - permuta de ativos industriais e florestais: em dezembro de 2012, a Suzano foi autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, data de fechamento da operação onde a Suzano efetuou uma permuta de ativos industriais e florestais com a International Paper. Em 19 de janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") julgou improcedente, por voto de qualidade do Presidente do CARF, o recurso apresentado pela Suzano no processo administrativo. A Suzano foi intimada da decisão em 25 de maio de

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário, que está devidamente garantida. A ação judicial ainda aguarda julgamento em primeira instância. Foi mantido o posicionamento de não constituir provisão para contingências, uma vez que em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível. O valor envolvido atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.251.462.

- (ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL – glosa da depreciação, amortização e exaustão – período 2010: em dezembro de 2015, a Suzano foi autuada para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sob a suposta alegação de indedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Suzano em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Suzano apresentou Impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Suzano em novembro de 2017. Em 16 de outubro de 2018, o julgamento foi convertido em diligência, por meio da resolução nº 1402-000.723. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$695.679. Atualmente, aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo CARF.
- (iii) IRPJ/CSLL - homologação parcial – período 1997: A Suzano deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil (“RFB”). Em março de 2009, a RFB homologou apenas R\$83.000, gerando uma diferença de R\$51.000. A Suzano aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela Suzano. Para outra parte do crédito, a Suzano ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento em segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$254.081.
- (iv) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste (“ADENE”): Em 2002, a Suzano pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos.

Em 2004, a Suzano recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Suzano de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003.

A Administração da Suzano, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial, onde se aguarda julgamento definitivo dos Embargos à Execução apresentados pela Suzano. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$125.191.

- (v) PIS/COFINS – Bens e Serviços – 2009 a 2011: em dezembro de 2013, a Suzano foi autuada pela Receita Federal do Brasil exigindo a cobrança de créditos de PIS e COFINS glosados por não estarem supostamente vinculadas às suas atividades operacionais. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Suzano foi julgada improcedente. Interposto o Recurso Voluntário, este foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial à Câmara Superior e a Suzano opôs Embargos de Declaração, os quais ainda aguardam julgamento. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$162.750.
- (vi) Compensação – IRRF – período 2000: A Suzano deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de IRRF apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil. Em abril de 2008, a Receita Federal do Brasil reconheceu parcialmente o crédito em favor da Suzano. Desta decisão, a Suzano interpôs Recurso Voluntário ao CARF, o qual aguarda julgamento. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$108.320.

#### **20.2.2. Trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2019, a Suzano, figura no polo passivo em 1.798 processos de natureza trabalhista, totalizando o valor de R\$280.084.

A Suzano possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

#### **20.2.3. Cíveis e ambientais**

Em 31 de dezembro de 2019, a Suzano figura no polo passivo em 1.049 processos de natureza civil e ambiental, totalizando o valor de R\$2.995.576. Os processos cíveis, em sua maioria, consistem em pedidos de indenização em decorrência de rescisão de contratos comerciais, de ex-funcionários ou terceiros, por supostas doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, ações de cobrança e habilitações de crédito em falência ajuizadas pela Suzano, ressarcimento de recursos financeiros movidas contra produtores rurais inadimplentes e ações possessórias ajuizadas com o objetivo de proteger o patrimônio imobiliário da Suzano. A Suzano tem apólice de seguro de responsabilidade civil geral que cobre, nos limites fixados, eventuais condenações a título de danos materiais referentes aos pedidos de indenização na esfera cível.

Dentre os processos cíveis, destacam-se 2 (duas) Ações Cíveis Públicas (“ACPs”) movidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Suzano deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso, (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano e (iii) indenização por danos materiais causados às rodovias federais, meio ambiente e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada procedente e a Suzano apresentou apelação ao tribunal competente com pedido de efeito suspensivo dos efeitos da sentença, o qual ainda está pendente de apreciação. A outra ACP ainda não foi julgada em 1ª. instância.

A Suzano ainda figura como ré em 2 (“duas”) ACPs, movidas pelo MPF, referente a imóveis adquiridos pela Suzano nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, ambos localizados na região norte do estado do Espírito Santo. Na 1ª. ACP, o MPF requereu a (i) nulidade destas

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

aquisições (ii) indenização por danos morais e (iii) suspensão do financiamento das operações da Suzano nos municípios mencionados. Uma liminar foi concedida e bloqueou cerca de 6.000 hectares de terras da Suzano nestes municípios e suspendeu qualquer financiamento à Suzano pelo BNDES para produção ou plantio de celulose de eucalipto nas propriedades relacionadas na ação. Na 2ª. ACP, o MPF requereu a nulidade das aquisições de outras propriedades adquiridas na região norte do estado do Espírito Santo. Uma liminar foi concedida e bloqueou cerca de 5.601 hectares das terras da Suzano nos municípios mencionados. A Suzano apresentou defesa judicial e recurso contra essa liminar, que ainda está pendente de decisão. Ambos os casos estão pendentes de decisão pelo Tribunal Regional Federal (“TRF”) e permanecem em fase instrutória. A Suzano acredita que há boas chances de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição.

Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 (“três”) ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal e à nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente (“IBAMA”). Os riscos envolvidos são atrasos em cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do estado do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o IBAMA não reconhece ter competência para executar o processo de licenciamento e não existe nenhum fundamento legal claro para sustentar tal jurisdição. O Superior Tribunal de Justiça (“STF”) ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Suzano e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz.

Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Ripasa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 30 (“trinta”) anos e envolve mais de 20 (“vinte”) outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados ou, caso o ambiente já estivesse recuperado, a pagar uma indenização de igual valor do custo da recuperação. Essa compensação deve ser alocada para expandir o Parque Estadual da Serra do Mar. A decisão, no entanto, não determinou o valor que deveria ser pago como compensação, deixando a definição desse valor para uma 2ª. etapa processual. Esta decisão foi contestada pelas empresas em um recurso e uma decisão do Tribunal Estadual ainda está pendente.

### **20.3. Ativos contingentes**

#### **20.3.1. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS**

A Suzano e suas controladas ajuizaram ações para discutir os seus direitos à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992 e, inclusive, eventuais modificações na legislação aplicável após a edição da Lei nº 12.973/2014.

Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) definiu em julgamento realizado em 15 de março de 2017, a princípio sem a possibilidade de reversão de entendimento quanto ao

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

mérito, que o ICMS não integra a base de cálculo das referidas contribuições. A União opôs embargos de declaração em outubro de 2017 buscando, entre outros pedidos, a modulação de efeitos da referida decisão a partir do julgamento dos referidos embargos de declaração, os quais ainda estão pendentes de julgamento.

Com base na decisão do STF e nas opiniões legais de seus consultores jurídicos, a Suzano entende que não é provável a alteração do resultado do julgamento do STF quanto ao mérito. Dessa forma, iniciou a exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições a partir do mês de apuração agosto de 2018 com base em decisão favorável proferida em ação judicial proposta pela Suzano, ainda pendente de julgamento definitivo.

O processo em nome da controladora ainda não transitou em julgado.

## **21. Planos de benefícios a empregados**

### **21.1. Planos de aposentadoria suplementar**

Em 2005, a Companhia e a Suzano instituíram o plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, entidade aberta de previdência complementar, que atende a empregados de empresas do Grupo Suzano, no modelo de contribuição definida. Nos termos do contrato do plano de benefícios, as contribuições da Companhia e da Suzano ao colaborador são de 0,5% do salário nominal que não exceder a 10 unidades de referência Suzano ("URS"), não havendo contrapartida de contribuição por parte do colaborador. Para os colaboradores que possuem o salário acima das 10 URS's, além da contribuição de 0,5%, as contribuições da parte empresa acompanham as contribuições dos empregados e incidem sobre a parcela do salário que excede as 10 URS's, podendo variar de 1% a 6% do salário nominal. As contribuições realizadas pela Companhia e pela Suzano no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$6.005 reconhecidos na rubrica benefícios a empregados (R\$6.572 em 31 de dezembro de 2018).

As entidades oriundas da combinação de negócios com a Fibria, patrocinam um plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios previdenciários definido no modelo de contribuição definida. Nesse tipo de plano, participantes e patrocinadora contribuem para a formação de uma poupança individual. Em 2000, a Suzano aderiu à Fundação Senador José Ermírio de Moraes ("FUNSEJEM"), entidade de previdência complementar sem fins lucrativos, que atende a empregados de empresas do Grupo Votorantim. Nos termos do regulamento do plano de benefícios, as contribuições à FUNSEJEM acompanham as contribuições dos empregados, podendo variar de 0,5% a 6% do salário nominal. As contribuições realizadas no exercício encerrado em 2019 totalizaram R\$9.920 reconhecidos na rubrica benefícios a empregados (R\$12.840 em 31 de dezembro de 2018).

### **21.2. Planos de benefícios definidos**

A Companhia e a Suzano tem como política de recursos humanos oferecer os seguintes benefícios, adicionalmente ao plano de aposentadoria complementar, sendo os valores apurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos nas demonstrações financeiras.

#### **21.2.1. Assistência médica**

A Companhia e a Suzano garantem cobertura de custos com programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 1998 e até 2003 nas unidades de

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Suzano, escritório administrativo de São Paulo e Limeira e até 2007 na unidade Jacareí, bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.

Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia e da Suzano, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia e a Suzano asseguram o programa de assistência médica.

Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros (ii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade (iii) rotatividade superior à esperada e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

### **21.2.2. Seguro de vida**

A Companhia e a Suzano oferecem o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar.

Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros e (ii) mortalidade superior à esperada.

### **21.2.3. Movimentação do passivo atuarial**

As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial, estão apresentadas a seguir:

	<b>Consolidado</b>
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	351.263
Juros sobre passivo atuarial	35.920
Perda atuarial	69.305
Benefícios pagos no exercício	(26.061)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	430.427
Combinação de negócios com a Fibria <sup>(1)</sup>	<b>147.877</b>
Juros sobre passivo atuarial	<b>44.496</b>
Perda atuarial	<b>147.640</b>
Benefícios pagos no exercício	<b>(34.261)</b>
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>736.179</b>

1) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 21.2.4. Hipóteses atuariais econômicas e dados biométricos

As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Taxa de desconto – plano médico	3,56% a.a.	4,91% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos acima da inflação básica	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Inflação econômica	3,50% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Idade de aposentadoria	65 anos	65 anos
	90% casados	90% casados
Composição familiar	Homem 4 anos + velho	Homem 4 anos + velho
Rotatividade	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Permanência no plano	100%	100%
Escalonamento por idade	0 a 24 anos: 1,50% a.a. 25 a 54 anos: 2,50% a.a. 55 a 79 anos: 4,50% a.a. Acima 80 anos: 2,50% a.a.	0 a 24 anos: 1,50% a.a. 25 a 54 anos: 2,50% a.a. 55 a 79 anos: 4,50% a.a. Acima 80 anos: 2,50% a.a.

#### 21.2.5. Análise de sensibilidade

A Suzano efetuou as análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios em 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado a seguir:

Hipóteses significativas	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 4,88%	Aumento de 8,56%
Taxa de crescimento dos custos médicos	0,50%	Aumento de 8,27%	Redução de 5,60%
Mortalidade	1,00%	Aumento de 7,23%	Redução de 4,40%
Taxa de inflação estimada	0,50%	Não há alteração	Não há alteração

#### 21.2.6. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações

Os valores a seguir representam os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos, bem como a duração média destas:

Pagamentos	Assistência médica e seguro de vida
2020	31.458
2021	32.701
2022	33.864
2023	35.014
2024	36.122
2025 em diante	194.145

## 22. Plano de remuneração baseada em ações

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem apenas um plano de Incentivo de Longo Prazo em ações fantasmas: (i) plano de apreciação do valor das ações (SAR - Share Appreciation Rights) e a Suzano tem 3 (três) planos de remuneração de longo prazo baseados em ações, sendo (i) Plano de

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

ações fantasmas (“*Phantom Shares - PS*”) e (ii) Plano de apreciação do valor das ações (“*Share Appreciation Rights - SAR*”), ambos liquidados em moeda corrente e (iii) opções de compra de ações ordinárias, liquidado em ações.

## 22.1. Plano de remuneração de longo prazo (“PS e SAR”)

Determinados executivos e membros chave da Administração, possuem plano de remuneração de longo prazo atrelado ao preço da ação com pagamento em dinheiro.

Ao longo do ano de 2019, a Suzano outorgaram os planos SAR (“*Share Appreciation Rights*”) de opções de ações fantasma. Nestes planos, o beneficiário deverá investir 5% (cinco) do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga e 20% (vinte) após 3 (três) anos para efetivar a aquisição da opção. Também outorgamos planos de remuneração de longo prazo para membros chaves da Suzano como forma de retenção. Neste plano, o beneficiário não faz investimento.

O prazo de carência e de vencimento das opções podem variar de 3 (três) até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

O valor da ação é calculado com base na média da cotação das ações dos últimos 90 pregões a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da outorga. As parcelas destes planos são reajustadas com base na variação da cotação das ações SUZB3 na B3, entre a data de outorga e a data de pagamento. Nas datas em que não ocorra negociação das ações SUZB3, prevalecerá o valor da última negociação.

As opções de ações fantasmas somente serão pagas, caso o beneficiário mantenha o vínculo empregatício na data do pagamento. No caso de rescisão, seja por iniciativa da Companhia ou do beneficiário, antes de completar o prazo de carência, o beneficiário perde o direito ao recebimento de todos os valores, exceto, quando estabelecido de outra forma em contrato.

	Controladora	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
	Ações (Nº)	Ações (Nº)
Quantidade de opções em aberto no início do exercício	114.143	222.763
Exercidas (1)	(21.096)	(108.620)
Quantidade de opções em aberto no final do exercício	93.047	114.143

- 1) Para as ações exercidas e exercidas por desligamento, o preço médio em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, foram de R\$31,75 e R\$57,65, respectivamente.



(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

<b>Suzano</b>		
	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
	<b>Ações (Nº)</b>	<b>Ações (Nº)</b>
<b>Quantidade de opções em aberto no início do exercício</b>	<b>5.045.357</b>	5.055.519
Outorgadas	<b>2.413.038</b>	1.415.476
Exercidas (1)	<b>(827.065)</b>	(751.859)
Exercidas por desligamento (1)	<b>(106.983)</b>	(153.601)
Abandonadas / prescritas por desligamento	<b>(527.910)</b>	(520.178)
<b>Quantidade de opções em aberto no final do exercício</b>	<b>5.996.437</b>	5.045.357

- 2) Para as ações exercidas e exercidas por desligamento, o preço médio em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, foram de R\$31,75 e R\$47,77, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição dos planos de opções de ações fantasmas em aberto estão apresentadas a seguir:

<b>Controladora</b>				
<b>31 de dezembro de 2019</b>				
<b>Programa</b>	<b>Data de Outorga</b>	<b>2a. Carência</b>	<b>Preço Justo na Outorga (1)</b>	<b>Disponíveis no Fim do Período</b>
SAR 2016	01/04/2016	01/04/2021	R\$ 15,96	21.479
SAR 2017	03/04/2017	03/04/2020	R\$ 13,30	71.568
				<b>93.047</b>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Suzano				
31 de dezembro de				
2019				
Programa	Data de Outorga	2a. Carência	Preço Justo na Outorga (1)	Quant. Opções Outorgadas
SAR 2015	01/04/2015	01/04/2020	R\$ 11,69	3.635
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2019	R\$ 16,93	
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2020	R\$ 16,93	61.851
SAR 2016	01/04/2016	01/04/2021	R\$ 15,96	64.075
PLUS 2016	01/04/2016	01/04/2021	R\$ 15,96	16.708
SAR 2016 - Outubro	03/10/2016	03/10/2021	R\$ 11,03	8.934
SAR 2017	03/04/2017	03/04/2022	R\$ 13,30	831.546
PLUS 2017	03/04/2017	03/04/2022	R\$ 13,30	225.553
ILP 2017 - 36	03/04/2017	03/04/2020	R\$ 13,30	304.512
ILP 2017 - 48	03/04/2017	03/04/2021	R\$ 13,30	304.512
ILP 2017 - 60	03/04/2017	03/04/2022	R\$ 13,30	304.512
ILP 2017 - CAB	01/05/2017	01/05/2020	R\$ 13,30	307.141
ILP 2017 - 36 Out	02/10/2017	02/10/2020	R\$ 15,87	84.436
Diferimento 2017	01/03/2018	01/03/2021	R\$ 19,88	169.575
Diferimento 2017	01/03/2018	01/03/2022	R\$ 19,88	169.575
SAR 2018	02/04/2018	02/04/2023	R\$ 21,45	726.537
PLUS 2018	02/04/2018	02/04/2023	R\$ 21,45	74.592
ILP 2019 - 24	01/03/2019	01/03/2024	R\$ 41,10	520.000
ILP 2019 - 36	01/03/2019	01/03/2024	R\$ 41,10	520.000
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2022	R\$ 41,10	92.356
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2023	R\$ 41,10	92.356
ILP 2019 - 36 H	25/03/2019	25/03/2024	R\$ 42,19	7.500
ILP 2019 - 48 H	25/03/2019	25/03/2024	R\$ 42,19	7.500
ILP 2019 - 24 Abr	01/04/2019	01/04/2024	R\$ 42,81	20.000
ILP 2019 - 36 Abr	01/04/2019	01/04/2024	R\$ 42,81	20.000
SAR 2019	01/04/2019	01/04/2024	R\$ 42,81	792.565
PLUS 2019	01/04/2019	01/04/2024	R\$ 42,81	15.572
ILP - Retenção 2019 - 12	01/10/2019	01/10/2020	R\$ 31,86	105.964
ILP - Retenção 2019 - 24	01/10/2019	01/10/2021	R\$ 31,86	105.930
ILP 2019 - 24 Out	01/10/2019	01/10/2021	R\$ 31,75	7.800
ILP 2019 - 36 Out	01/10/2019	01/10/2022	R\$ 31,75	19.500
ILP 2019 - 48 Out	01/10/2019	01/10/2023	R\$ 31,75	11.700
				<b>5.996.437</b>

(1) Valores expressos em Reais.

## 22.2. Plano de opções de compra de ações ordinárias

Adicionalmente, em 2019 a Suzano estabeleceu um plano de ações restritas baseado na performance da Suzano (Programa 5). Este plano associa a quantidade de ações restritas outorgada ao desempenho da Suzano em relação à meta EBITDA. A quantidade de ações restritas é definida em termos financeiros, sendo posteriormente convertido em ações com base nos últimos 60 pregões antecedentes a 31 de dezembro de 2019 da SUZB3 na B3.

Após a medição do EBITDA de 2019, as ações estritas serão outorgadas imediatamente, pois não possuem período de carência (*vesting period*). No entanto, os beneficiários da outorga devem

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

atender ao período de *lockup* de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual não poderão comercializar as ações.

Caso os beneficiários deixem a Suzano antes do término do exercício fiscal de referência para a medição do EBITDA, os mesmos perderão direito à outorga de ações restritas.

Suzano					
Programa	Data de outorga	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Preço na data de outorga	Ações outorgadas	Prazo de restrição à transferência das ações
Programa 4	02/01/2018	02/01/2019	R\$39,10	130.435	02/01/2022

### 22.3. Premissas de mensuração

Os planos de opções de ações fantasma, por serem liquidados em caixa, tem o seu valor justo mensurado ao término de cada período, com base no método Monte Carlo ("MMC"). O valor justo é multiplicado pelo *Total Shareholder Return* ("TSR") observado no período, o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB3 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil.

O plano de opções de ações ordinárias do Programa 5, tem o seu valor justo mensurado com base no modelo probabilístico binomial, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas:

- (i) a expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, considerando o tempo remanescente para completar o período de aquisição e a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 745 observações de retornos;
- (ii) a expectativa de vida média das ações fantasma e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;
- (iii) a expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Suzano;
- (iv) a taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em Reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentados abaixo:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Passivo e Patrimônio líquido		Resultado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Passivo não circulante</b>				
Provisão com plano de ações fantasma	140.908	128.224	(47.588)	(132.343)
<b>Patrimônio líquido</b>				
Opção de ações outorgadas	5.979	5.100	(879)	(5.170)
<b>Total das despesas gerais e administrativas provenientes de transações com base em ações</b>			<b>(48.467)</b>	<b>(137.513)</b>

  

	Controladora			
	Passivo e Patrimônio líquido		Resultado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Passivo não circulante</b>				
Provisão com plano de ações fantasma	4.403	3.906	(1.199)	(5.904)
<b>Total das despesas gerais e administrativas provenientes de transações com base em ações</b>			<b>(1.199)</b>	<b>(5.904)</b>

## 23. Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas - consolidado

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Aquisição de terras e florestas</b>		
Certificado de Recebíveis Imobiliários - ("CRI") <sup>(1)</sup>	78.345	91.085
Duratex <sup>(2)</sup>		385.397
	<b>78.345</b>	<b>476.482</b>
<b>Combinação de negócios</b>		
Facepa <sup>(3)</sup>	42.533	41.185
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") <sup>(4)</sup>	420.737	474.845
	<b>463.270</b>	<b>516.030</b>
	<b>541.615</b>	<b>992.512</b>
<b>Circulante</b>	<b>94.414</b>	<b>476.954</b>
<b>Não circulante</b>	<b>447.201</b>	<b>515.558</b>

- 1) Refere-se a contas a pagar relacionadas com a aquisição de terrenos, fazendas, reflorestamento e casas construídas no Maranhão, atualizado pelo IPCA.
- 2) Refere-se a contas a pagar relacionadas com a aquisição de imóveis rurais e florestas (ativo biológico), atualizado pelo IPCA liquidado em agosto de 2019.
- 3) Adquirido em março de 2018, pelo montante de R\$307.876, mediante pagamento de R\$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a data de pagamento, com vencimentos em março de 2023 e março de 2028.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

- 4) Em agosto de 2014, a Suzano adquiriu a Vale Florestar S.A. através do VFFIP, pelo montante de R\$528.941, mediante pagamento de R\$44.998 e saldo remanescente com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações mensais estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos e parcialmente reajustadas pela variação do IPCA.

## **24. Compromissos de longo prazo**

A Suzano firmou contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de celulose, transporte, óleo diesel, produtos químicos e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, a Suzano compra o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em 31 de dezembro de 2019. O total das obrigações contratuais assumidas representam R\$7.335.609 por ano no consolidado em 31 de dezembro de 2019 (R\$11.258.855 por ano no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

## **25. Patrimônio líquido**

### **25.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia era de R\$ 1.975.670, integralmente realizado e dividido em 172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 75.034.146 ações ordinárias com direito a voto, 68.572.827 ações preferenciais de classe A e 29.320.330 ações preferenciais de classe B sem direito a voto.

### **25.2. Dividendos**

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias.

Em 29 de abril de 2019 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia aprovou a distribuição de dividendos do saldo de reservas de lucros, no montante de R\$ 113.850, correspondendo a R\$ 0,623096 por ação ordinária e R\$ 0,6854056 por ação preferencial classe A e B, pagos em 10 de maio de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

### **25.3. Reservas**

#### **25.3.1. Reservas de lucros**

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

- i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social.

- ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais.
- iii) Estatutária especial: o saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.
- iv) Incentivos fiscais reflexa: são às subvenções governamentais concedidas à Suzano, na forma de incentivos fiscais, reconhecidas de maneira reflexa pela Companhia na proporção de sua participação no Capital Social da controlada.

### **25.3.2. Reservas de capital**

A Reserva de capital é composta pelos saldos das reservas de incentivos fiscais, anterior a lei 11.638/07, e ganhos de variação de participação em controlada.

### **25.4. Ajuste de avaliação patrimonial**

A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na Suzano. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS. Adicionalmente, nesta rubrica são registradas as variações cambiais de controladas no exterior, o ganho (perda) com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da Suzano.

## **26. Lucro por ação**

### **26.1. Básico**

O resultado básico por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

	31 de dezembro de 2019			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(316.357)	(318.027)	(135.982)	(770.366)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Resultado básico por ação	<u>(4,21618)</u>	<u>(4,63779)</u>	<u>(4,63779)</u>	

	31 de dezembro de 2018			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	41.265	41.483	17.737	100.485
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Resultado básico por ação	<u>0,54995</u>	<u>0,60494</u>	<u>0,60494</u>	

## 26.2. Diluído

O lucro por ação diluído é calculado no pressuposto da conversão de todas as opções de compra de ações ordinárias da Suzano, que provocariam reflexos no lucro atribuível à Companhia.

	31 de dezembro de 2019			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(316.357)	(318.027)	(135.982)	(770.366)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Resultado diluído por ação	<u>(4,21618)</u>	<u>(4,63779)</u>	<u>(4,63779)</u>	

	31 de dezembro de 2018			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	41.209	41.427	17.713	100.349
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Resultado diluído por ação	<u>0,54921</u>	<u>0,60413</u>	<u>0,60413</u>	

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 27. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (1)	(3.358.806)	(1.033.498)		(13)
Amortização de custos de captação, ágio e deságio	(220.642)	(44.499)		
Outras despesas financeiras	(599.952)	(421.014)	(191)	(26)
Amortização de mais valia – Combinação de negócios com a Fibria	1.548			
	<u>(4.177.852)</u>	<u>(1.499.011)</u>	<u>(191)</u>	<u>(39)</u>
<b>Receitas financeiras</b>				
Aplicações financeiras	394.807	444.570	2.549	1.938
Outras receitas financeiras	64.203	17.355	1.479	1.532
Amortização de mais valia – Combinação de negócios com a Fibria	37.412			
	<u>496.422</u>	<u>461.925</u>	<u>4.028</u>	<u>3.470</u>
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>				
Receitas	2.711.394	588.049		
Despesas	(3.786.646)	(3.323.245)		
	<u>(1.075.252)</u>	<u>(2.735.196)</u>		
<b>Variações monetárias e cambiais, líquidas</b>				
Empréstimos e financiamentos	(1.764.035)	(1.311.061)		
Outros ativos e passivos (2)	(200.892)	244.411		
	<u>(1.964.927)</u>	<u>(1.066.650)</u>		
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u><u>(6.721.609)</u></u>	<u><u>(4.838.932)</u></u>	<u><u>3.837</u></u>	<u><u>3.431</u></u>

1) Não inclui o montante de R\$4.213 no consolidado referente a juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.772 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). Adicionalmente, inclui o montante de R\$770 no consolidado relativos a juros do FIDC (R\$2.268 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

2) Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.

## 28. Receita líquida – consolidado

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>31.396.469</b>	14.797.238
<b>Deduções</b>		
Ajuste a valor presente	(5.316)	(4.984)
Devoluções e cancelamentos	(109.641)	(75.477)
Descontos e abatimentos (1)	(3.835.140)	(15.695)
	<u>27.446.372</u>	14.701.082
Impostos sobre as vendas (2)	(1.433.028)	(1.263.425)
<b>Receita líquida</b>	<u><u>26.013.344</u></u>	<u><u>13.437.657</u></u>



**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

- 1) Os contratos de clientes da Fibria, subsidiária integral incorporada em 01 de abril de 2019, preveem descontos contratuais que foram mantidos e que portanto, impactaram o resultado da Suzano em 2019.
- 2) Em 2018, inclui o montante relativo de 2,5% sobre a receita bruta das vendas no mercado interno, referente a contribuição social ao Instituto Nacional de Seguro Social ("INSS"), conforme estabelece a Lei nº 12.546/11, artigo 8º, Anexo I e suas respectivas alterações.

## **29. Informação por segmento – consolidado**

### **29.1. Critérios de identificação dos segmentos operacionais**

A Companhia e suas controladas avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio através do resultado operacional. As informações apresentadas em "Não Segmentadas" estão relacionadas à demonstração do resultado e itens do balanço patrimonial não diretamente atribuídos aos segmentos de papel, celulose e imobiliário, tais como, resultado financeiro líquido e despesas com imposto de renda e contribuição social, além dos itens de classificação patrimonial de ativos e passivos.

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes:

- i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e *fluff* principalmente para abastecer o mercado externo, com qualquer excedente vendido no mercado interno.
- ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas do segmento de bens de consumo (*tissue*) estão classificadas nesse segmento devido a imaterialidade do segmento.
- iii) Imobiliário: Incorporadora e administradora de imóveis.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 29.2. Informações dos segmentos operacionais

	Consolidado				
	31 de				
	dezembro de				
	2019				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
<b>Receita líquida</b>	21.027.686	4.985.264	394		26.013.344
Mercado interno (Brasil)	1.833.936	3.480.279	394		5.314.609
Mercado externo	19.193.750	1.504.985			20.698.735
Ásia	9.605.799	136.882			9.742.681
Europa	5.950.832	221.697			6.172.529
América do Norte	3.592.563	382.628			3.975.191
América do Sul e Central	44.556	710.086			754.642
África		53.692			53.692
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	(17.440.018)	(3.303.464)	(1.626)		(20.745.108)
<b>Lucro bruto</b>	<u>3.587.668</u>	<u>1.681.800</u>	<u>(1.232)</u>		<u>5.268.236</u>
Margem Bruta (%)	17,1%	33,7%	-312,7%		20,3%
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	(2.089.286)	(679.719)	(330)	121.912	(2.647.423)
Vendas	(1.503.775)	(401.504)			(1.905.279)
Gerais e administrativas	(806.774)	(366.584)	(335)	(6.203)	(1.179.896)
Outras, líquidas	209.577	68.062	5	128.115	405.759
Equivalência patrimonial	11.686	20.307			31.993
<b>Resultado Operacional (EBIT) <sup>(1)</sup></b>	<u>1.498.382</u>	<u>1.002.081</u>	<u>(1.562)</u>	<u>121.912</u>	<u>2.620.813</u>
Margem operacional (%)	7,1%	20,1%	-396,4%		10,1%
<b>Resultado financeiro líquido</b>				(6.721.609)	(6.721.609)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	1.498.382	1.002.081	(1.562)	(6.599.697)	(4.100.796)
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>				1.283.202	1.283.202
<b>Resultado do exercício</b>	<u>1.498.382</u>	<u>1.002.081</u>	<u>(1.562)</u>	<u>(5.316.495)</u>	<u>(2.817.594)</u>
<b>Margem de lucro (prejuízo) do exercício (%)</b>	<u>7,1%</u>	<u>20,1%</u>	<u>(396,4%)</u>		<u>(10,8%)</u>
<b>Resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores</b>					<u>(770.366)</u>
<b>Resultado do exercício atribuído aos acionistas não controladores</b>					<u>(2.047.228)</u>
<b>Depreciação, exaustão e amortização</b>	7.575.630	516.322		622	8.092.574

1) Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (*Earnings Before Interest and Tax*).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado				
	31 de				
	dezembro de				
	2018				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
<b>Receita líquida</b>	8.783.000	4.654.329	328		13.437.657
Mercado interno (Brasil)	744.294	3.301.417	328		4.046.039
Mercado externo	8.038.706	1.352.912			9.391.618
Ásia	3.837.998	101.695			3.939.693
Europa	2.810.899	225.111			3.036.010
América do Norte	1.340.907	210.715			1.551.622
América do Sul e Central	48.902	774.730			823.632
África	-	40.661			40.661
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	(3.965.733)	(2.952.603)	(2.563)		(6.920.899)
<b>Lucro bruto</b>	<u>4.817.267</u>	<u>1.701.726</u>	<u>(2.235)</u>		<u>6.516.758</u>
Margem Bruta (%)	54,8%	36,6%	-681,4%		48,5%
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	(626.887)	(886.347)	220	(12.123)	(1.525.137)
Vendas	(212.869)	(385.857)			(598.726)
Gerais e administrativas	(275.859)	(549.350)	279	(11.958)	(836.888)
Outras, líquidas	(138.159)	41.284	(59)	(165)	(97.099)
Equivalência patrimonial		7.576			7.576
<b>Resultado Operacional (EBIT) <sup>(1)</sup></b>	<u>4.190.380</u>	<u>815.379</u>	<u>(2.015)</u>	<u>(12.123)</u>	<u>4.991.621</u>
Margem operacional (%)	47,7%	17,5%	-614,3%		37,1%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	-	-	-	(4.838.932)	(4.838.932)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<u>4.190.380</u>	<u>815.379</u>	<u>(2.015)</u>	<u>(4.851.055)</u>	<u>152.689</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>				158.642	158.642
<b>Resultado do exercício</b>	<u>4.190.380</u>	<u>815.379</u>	<u>(2.015)</u>	<u>(4.692.413)</u>	<u>311.331</u>
Margem de lucro (prejuízo) do exercício (%)	47,7%	17,5%	-614,3%		2,3%
<b>Resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores</b>					<u>100.485</u>
<b>Resultado do exercício atribuído aos acionistas não controladores</b>					<u>210.846</u>
<b>Depreciação, exaustão e amortização</b>	1.105.381	457.842	9	72	1.563.304

1) Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (*Earnings Before Interest and Tax*).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### 29.3. Vendas líquidas por produto - consolidado

A tabela abaixo mostra a abertura das vendas líquidas consolidadas por produto:

Produtos	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Celulose de mercado <sup>(1)</sup>	21.027.686	8.783.000
Papel para impressão e escrita <sup>(2)</sup>	4.100.502	3.829.766
Papel cartão	823.360	763.550
Outros	61.796	61.341
<b>Total das vendas líquidas</b>	<b>26.013.344</b>	<b>13.437.657</b>

1) A receita da celulose *fluff* representa cerca de 1% do total de vendas líquidas e, portanto, foi incluída nas vendas de celulose de mercado.

2) O *tissue* é um produto recentemente lançado e suas receitas representaram menos de 2% do total de vendas líquidas, assim, foi incluído em papel de impressão e escrita.

### 29.4. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) - consolidado

Os ágios oriundos de expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas foram alocados aos segmentos divulgáveis, os quais correspondem às unidades geradoras de caixa ("UGC") da Suzano, considerando os benefícios econômicos gerados por tais ativos intangíveis. A alocação dos intangíveis está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Celulose	7.942.486	45.752
Bens de consumo	119.332	112.582
	<b>8.061.818</b>	<b>158.334</b>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### 30. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Custos dos Produtos Vendidos (1)</b>				
Gastos com pessoal	(1.374.331)	(650.929)		
Custo variável	(10.067.716)	(3.197.895)		
Custos logísticos	(2.776.021)	(1.044.899)		
Depreciação, exaustão e amortização	(4.290.308)	(1.523.944)		
Amortização de mais/menos valia - Combinação de negócios com a Fibria/Facepa	(2.844.741)			
Outros	608.009	(503.232)		
	<u>(20.745.108)</u>	<u>(6.920.899)</u>		
<b>Despesas com vendas</b>				
Gastos com pessoal	(215.640)	(145.844)		
Serviços	(85.161)	(78.227)		
Despesas com logística	(618.089)	(297.129)		
Depreciação e amortização	(84.018)	(4.471)		
Amortização de mais/menos valia - Combinação de negócios com a Fibria	(820.730)			
Outros (2)	(81.641)	(73.055)		
	<u>(1.905.279)</u>	<u>(598.726)</u>		
<b>Despesas gerais e administrativas</b>				
Gastos com pessoal	(647.235)	(479.103)	(4.692)	(9.442)
Serviços	(325.181)	(238.247)	(1.306)	(2.684)
Depreciação e amortização	(52.874)	(34.889)	(44)	(72)
Amortização de mais/menos valia da combinação de negócios com a Fibria	26.609			
Outros (3)	(181.215)	(84.649)	(731)	(1.520)
	<u>(1.179.896)</u>	<u>(836.888)</u>	<u>(6.773)</u>	<u>(13.718)</u>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>				
Aluguéis e arrendamentos	5.805			
Resultado na venda de outros produtos, líquido (4)	15.229	8.785		
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e biológico, líquido	(63.454)	(13.580)		
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico	185.399	(129.187)		
Amortização do ativo intangível	(8.193)	(9.947)		
Ressarcimento de seguros	7.917			
Provisão para perda de depósitos judiciais	(3.284)			
Amortização de mais valia da combinação de negócios com a Fibria, Facepa, Ibema	(12.143)			
Acordos judiciais e indenizações contratuais (5)	87.000	51.846		
Creditos tributários - ganho em ação tributária (ICMS na base do PIS/COFINS) (6)	128.115	335		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	63.368	(5.351)	1	(165)
	<u>405.759</u>	<u>(97.099)</u>	<u>1</u>	<u>(165)</u>

- 1) Inclui o montante de R\$615.394 no consolidado, relativo a gastos com capacidade ociosa e parada de manutenção.
- 2) Inclui PECLD, seguros, materiais de uso e consumo, despesas com viagens, hospedagem, participação em feiras e eventos.
- 3) Inclui despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, despesas com viagem e hospedagem.
- 4) Inclui exaustão da venda de madeira no valor de R\$5.598 no consolidado (R\$9.869 'no consolidado em 31 de dezembro de 2018).
- 5) Refere-se a recebimento de créditos de empréstimos compulsórios discutidos em ações judiciais contra a Centrais Elétricas Brasileiras S.A ("Eletrobrás").
- 6) Para maiores informações vide nota 9.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### 31. Cobertura de seguros - consolidado

A Suzano mantém cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de R\$8.822.000. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral no montante de US\$20.000.000, correspondentes a R\$80.614.000 em 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Suzano considera esse valor suficiente para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes.

A Suzano não tem seguro para suas florestas. Visando minimizar o risco de incêndio, são mantidos, pela brigada interna de incêndio, um sistema de torres de observações e uma frota de caminhões. A Suzano não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

A Suzano dispõe de apólice de seguro de transporte nacional e internacional com vigência até maio de 2020, com renovação prevista para um período de 12 meses.

A Companhia e suas controladas mantem em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

A avaliação da suficiência das coberturas de seguro não faz parte do escopo do exame das demonstrações financeiras por parte dos nossos auditores independentes.

### 32. Avais e fianças

As garantias assumidas pela Companhia junto às partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, eram as seguintes:

	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>
Suzano (1)		
FNE - BNB	<b>123.332</b>	145.833

- 1) Prestados como garantia de empréstimos junto ao Banco do Nordeste do Brasil, utilizados nas aquisições de máquinas e equipamentos e financiamentos de programas florestais, com vencimentos até 31 de outubro de 2024;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reconheceu como receita financeira o montante de R\$ 1.188 (31 de dezembro de 2018 o montante foi de R\$ 1.528) referente à concessão das referidas garantias.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **33. Eventos subsequentes**

#### **33.1 Eventos subsequentes da Companhia:**

##### **Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia**

A administração da Companhia está acompanhando os efeitos do Covid-19 e comunicará ao mercado caso a Suzano S.A. divulgue fato relevante ou comunicado ao mercado que identifique impacto significativo do Covid-19 em suas operações. Até a presente data, nenhum impacto significativo foi identificado.

#### **33.2. Eventos subsequentes da Suzano:**

Em 14 de fevereiro de 2020, a Suzano concluiu a liquidação antecipada de contrato de pré-pagamento de exportação no montante total de principal de US\$ 750 milhões, ao custo de Libor + 1,15% a.a., com prazo médio de 24 meses e vencimento final em 14 de fevereiro de 2023. Concomitantemente, a Suzano efetuou a contratação de nova operação de pré-pagamento de exportação no valor total de US\$ 850 milhões, ao mesmo custo de Libor + 1,15% a.a, com prazo médio de 60 meses e vencimento final em 13 de fevereiro de 2026.

Em 28 de fevereiro de 2020, a Suzano Trading Ltd., subsidiária integral da Suzano, exerceu seu direito de resgatar a totalidade do saldo dos bonds por ela emitidos e garantidos pela Suzano com cupom de 5,875% ao ano e vencimento em 2021 (ISIN US86960FAA12 / USG8600UAA19) ("Bonds 2021") atualmente em circulação, no valor total de principal de US\$ 189.630.000,00.

A Suzano Trading Ltd. notificou, na presente data, os detentores dos Bonds 2021 de sua intenção de resgatar a totalidade dos Bonds 2021 em circulação e de realizar o pagamento do montante do prêmio calculado nos termos da escritura de emissão dos Bonds 2021. O resgate dos Bonds 2021 será realizado no dia 30 de março de 2020. Em hipótese alguma, este evento deverá ser considerado como uma notificação de resgate dos Bonds 2021.